



Relatório de Gestão e Contas 2014

Aprovado por unanimidade pela Assembleia
Geral realizada a 26 de março de 2015

Missão

Promover o fortalecimento do setor da Economia Social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do País.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de trezentos e dois mil euros, representado por trezentos e dois títulos, de mil euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de duzentos mil euros, representado por duzentos títulos, pertencente ao Estado Português;
- b) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR;
- c) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. - CONFECOOP;
- d) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. - CONFAGRI;
- e) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;
- f) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Misericórdias Portuguesas - UMP;
- g) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Mutualidades Portuguesas - UMP.

Objetivos Estratégicos

Colocar a Economia Social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor;

Reforçar a aliança entre o setor da Economia Social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado;

Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da Economia Social;

Promover e apoiar o empreendedorismo social e estimular a capacidade empreendedora dos/das cidadãos/ãs e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Francisco Silva (CONFAGRI)

Vice-presidente: Manuel de Lemos (União das Misericórdias Portuguesas)

Secretário: Eduardo Figueira (ANIMAR)

Direção:

Presidente: Eduardo Graça

Vice-presidente: Carla Pinto

Vogal não-executivo: Eleutério Alves (CNIS)

Conselho Fiscal:

Presidente: Luís Sá e Silva (União das Mutualidades Portuguesas)

Vogal/ROC: Auren Auditores & Associados, SROC, SA, representada por Victor Ladeiro

Vogal: José Jerónimo Teixeira (CONFECOOP)



Índice

I – Introdução

II – Enquadramento das Atividades

III – Configuração Organizacional

IV – Atividades

V – Ações desenvolvidas em 2014

VI – Execução Orçamental

VII – Transição de Saldos IGCP

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2014 correspondendo ao quarto ano de atividade plena da CASES após a sua criação que ocorreu em 2010, conforme previsto no Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de outubro, que autorizou a instituição de uma cooperativa de interesse público – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL, “que sucede ao INSCOOP em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade, bem como no exercício das suas competências e na prossecução das suas atribuições de serviço público”.

A CASES foi formalmente criada, em 4 de fevereiro de 2010, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Estado e as entidades representativas do setor da economia social.

As entidades cooperadoras que inauguraram a CASES, e que a integram, além do **Estado**, são: **Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR; Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL – CONFECOOP; Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL – CONFAGRI; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; União das Misericórdias Portuguesas – UMP e União das Mutualidades Portuguesas – UMP.**

O Plano de Atividades a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela assembleia geral, realizada em 20 de dezembro de 2013, com as alterações aprovadas pela assembleia geral realizada em 31 de março 2014, por unanimidade, ambas reunidas com a presença de todos os seus membros. O conselho fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu os competentes pareceres positivos, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais

I – Introdução

O orçamento da CASES para 2014 foi elaborado em condições especiais atendendo ao conhecimento tardio da reclassificação da CASES como Entidade Pública Reclassificada (EPR). Com efeito, a autoridade estatística nacional – Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) – incluiu a CASES na lista de entidades que, por referência ao ano de 2013, integram o Sector Institucional das Administrações Públicas para efeitos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 95.

O financiamento do orçamento da CASES, no decurso do ano de 2014, foi assegurado, tendo em vista garantir o seu regular funcionamento, conforme previsto no nº 2 do art.º 14º do Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de outubro e nos Estatutos da CASES, através de transferências do orçamento do IEFP, IP.

II – Enquadramento das Atividades

A missão da CASES tem vindo a desenvolver-se em torno de uma estratégia, aberta aos contributos, teóricos e práticos, de todos os seus cooperadores, assente em quatro eixos de atuação que têm vindo a ser explicitados, em continuidade, nos seus Planos de Atividades, e de que se reproduzem os títulos:

- Eixo institucional e legal;
- Eixo do reforço da aliança entre o Estado e as organizações da economia social;
- Eixo assente nos programas, medidas e ações de promoção e modernização do setor;
- Eixo da promoção e apoio ao empreendedorismo e inovação social.

No exercício de 2014 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional (órgãos sociais)

Realizaram-se três reuniões da assembleia geral – em 31 de março de 2014, 19 de agosto de 2014 e 25 de novembro de 2014 -, com a presença de todos os seus membros, que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas;

Realizaram-se quatro reuniões do conselho fiscal - em 21 de março de 2014, 8 de julho de 2014, 30 de julho de 2014 e 8 de outubro de 2014-, com a presença de todos os seus membros que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas;

Realizaram-se 57 reuniões da direção tendo sido elaboradas as respetivas atas que evidenciam a apreciação, e aprovação, por unanimidade, de 848 propostas e documentos diversos.

No plano legal:

Com incidência direta na atividade da CASES foi publicado, em 2014, o seguinte diploma:

- Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro: Cria a iniciativa Portugal Inovação Social e a estrutura de missão responsável pela sua execução.

A iniciativa tem por objetivo desenvolver e dinamizar o mercado de investimento social para apoio a iniciativas de empreendedorismo e inovação social em Portugal, destinada a entidades de direito

II – Enquadramento das Atividades

público e privado, e entidades da economia social. A comissão de aconselhamento, de natureza consultiva, é integrada por um representante designado pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Com incidência no setor da economia social, entre outros, foram publicados, em 2014, os seguintes diplomas:

Lei:

- Lei nº 72/2014, de 2 de setembro: Lei dos Baldios, que procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e à nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.

Decretos-Lei:

-Decreto-Lei nº 109/2014, de 10 de julho: Procede à quinta alteração ao diploma que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina (Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto).

- Decreto-Lei nº 134/2014, de 8 de setembro:

Procede à segunda alteração a diploma no sentido de permitir a instituição de programas específicos de estágios adaptados às condições especiais de determinados órgãos e serviços na prossecução das respetivas missões e atividades (Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março).

- Decreto-lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro: Procede à quinta alteração ao diploma que aprovou o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro).

Resoluções do Conselho de Ministros:

- Resolução do Conselho de Ministros nº 77-A/2014, de 19 de dezembro: Determina que o Estado atribui um montante de 3,5 milhões de euros para financiamento do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

II – Enquadramento das Atividades

Portarias:

- Portaria nº 7/2014, de 13 de janeiro: Define as regras a que obedece o registo das Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência.

- Portaria nº 31/2014, de 5 de fevereiro: Estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Setor Social.

- Portaria nº 49/2014, de 27 de fevereiro: Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a ANIL - Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros.

- Portaria nº 59/2014, de 7 de março: Fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas (artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro).

- Portaria nº 978-A/2014, de 19 de novembro: Apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Associações e Cooperativas de Ensino Especial sem fins lucrativos e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito dos contratos de cooperação referentes ao ano letivo 2014/2015.

- Portaria nº 249/2014, de 27 de novembro: Segunda alteração à portaria que regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da atividade das associações e federações juvenis, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo - IDA (Portaria n.º 155/2013, de 18 de abril).

- Portaria nº 269/2014, de 19 de dezembro: Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

II – Enquadramento das Atividades

Despachos:

- Despacho nº 1025/2014, de 22 de janeiro: Fixa, para o ano letivo 2012/2013, o apoio financeiro estabelecido no protocolo de cooperação entre o Governo, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

- Despacho nº 5212/2014, de 11 de abril: Produtos de apoio para pessoas com deficiência (ajudas técnicas)

- Despacho nº 9360/2014, de 18 de julho: Determina a atribuição de subsídio às organizações de âmbito nacional representativas dos agricultores portugueses e filiadas em organizações profissionais europeias.

- Despacho nº 11588/2014, de 16 de setembro: Designação de personalidades de reconhecido mérito para integrar o Conselho Nacional para a Economia Social.

- Despacho nº 13001-A/2014, de 24 de outubro: Determina a constituição da Comissão de Acompanhamento do processo de devolução dos hospitais das Misericórdias (Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro).

- Despacho nº 13529/2014, de 7 de novembro: Define os apoios financeiros para o ano de 2013-2014 previstos no protocolo de cooperação do pré-escolar entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas (mantém-se os valores estabelecidos em 2009).

II – Enquadramento das Atividades

Avisos:

- Aviso do Banco de Portugal nº 5/2014, de 23 de setembro: Regulamenta a dispensa das caixas de crédito agrícola mútuo pertencentes ao sistema integrado do crédito agrícola mútuo da aplicação de determinados requisitos estabelecidos nas Partes II a VIII do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012, ao abrigo da faculdade prevista no n.º 1 do artigo 10.º desse regulamento.

- Aviso do Banco de Portugal nº 13/2014, de 30 de dezembro: Altera o aviso que definiu o regime de contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo por parte da Caixa Central e das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, alterando o método de apuramento do fator de ajustamento utilizado no cálculo da contribuição periódica para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e atualizando as referências para os elementos que compõem os fundos próprios de uma instituição à luz do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (altera os n.os 4.º, 4.º-B, 4.º-D, 4.º-E e a alínea b) do n.º 5.º, adita o n.º 4.º-F e revoga o n.º 5.º-B do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 16 de abril de 2010).

Atividades no plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional, criada no enquadramento do Plano de Atividades dos anos anteriores, orientada para o cumprimento das missões cometidas à CASES.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2014 havia sido previsto um número de 24 funcionários/as, a que acresciam o Presidente e a Vice-presidente da direção. Em 31 de dezembro de 2014 a CASES totalizava 22 funcionários/as, a que acresciam o Presidente e a Vice-presidente da direção. Esta redução do número de recursos humanos justifica-se pela saída, por situações de aposentação e de rescisão por mútuo acordo, de dois funcionários/as.

II – Enquadramento das Atividades

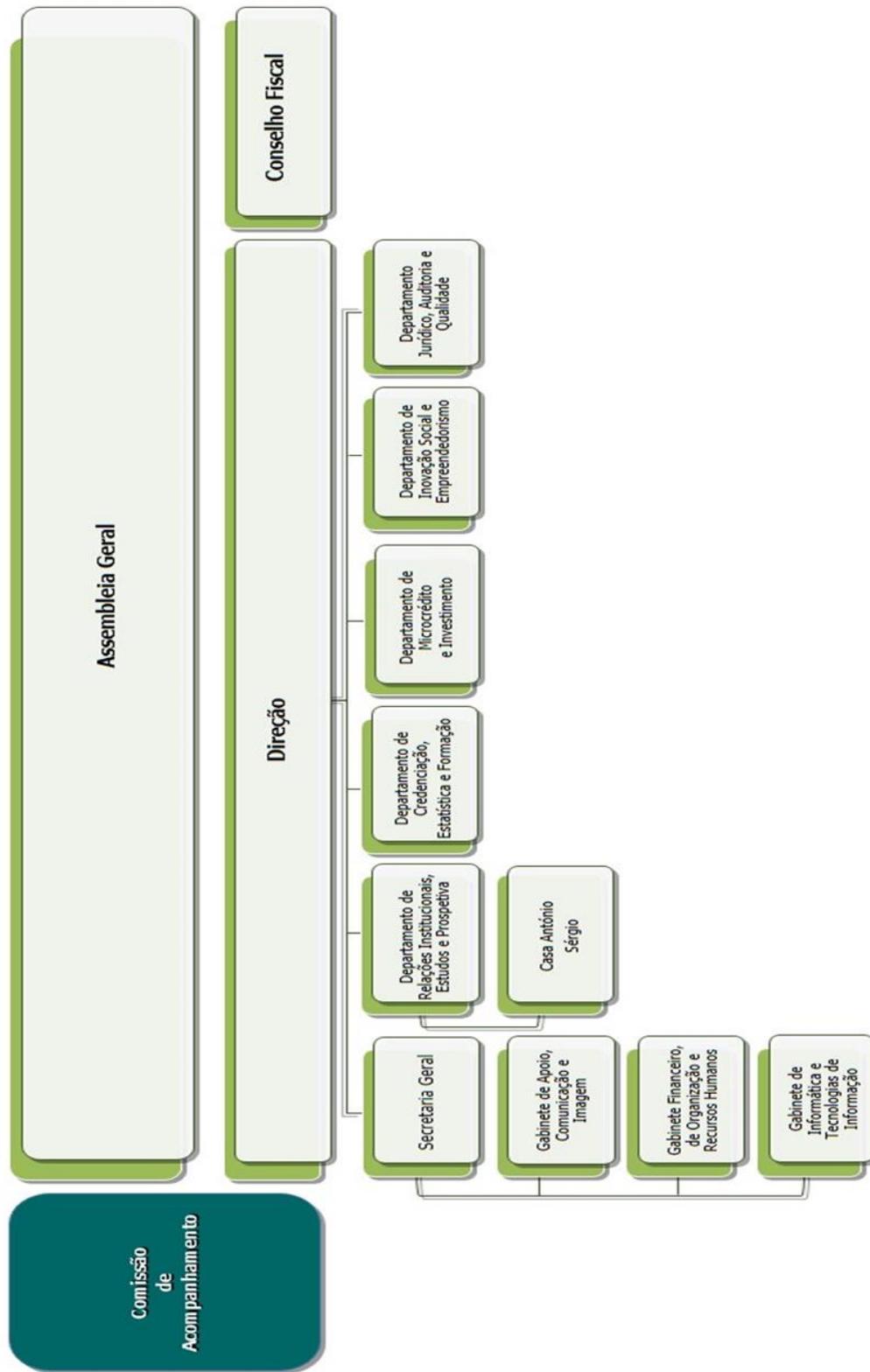
Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, com correspondência no Plano de Atividades para 2014, ou seja, um Presidente e uma Vice-presidente da direção, com estatutos remuneratórios previstos nos respetivos despachos de nomeação, e um Vogal não executivo da direção, não remunerado, eleito pela assembleia geral, recebendo senhas de presença conforme o estabelecido no despacho n.º 6518/2010.

Mantiveram-se em atividade, ao longo da maior parte do ano, dois dirigentes intermédios, técnico/a da CASES, em funções públicas, com funções de chefia, com um estatuto remuneratório equiparado à direção intermédia de 1º Grau da Administração Pública (antigo Diretor de Serviços), sendo ambos técnico/a que transitaram do ex-INSCOOP. Um desses técnicos, no entanto, em 31 de agosto de 2014 cessou funções por ter aderido ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo.

Manteve-se em funções, conforme alteração do organograma promovida em 2012, uma dirigente intermédia exercendo as funções de Secretária-geral, assim como um dirigente intermédio no exercício de funções de chefia no Departamento de Microcrédito e Investimento.

Ao abrigo da Medida Estágios-Emprego, promovida pelo IEFP, foram admitidos/as, no decurso do ano, cinco estagiários/as, adstritos às estruturas que asseguram as atividades desenvolvidas no âmbito das atribuições da CASES.

III – Configuração Organizacional



IV – Atividades

No ano de 2014 foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas relevantes, previstas no Plano de Atividades respetivo, entre as quais tiveram particular acuidade e relevância, sob gestão direta da direção da CASES, as seguintes atividades:

1 - Acordo de Parceria 2014-2020

Na sequência, e em coerência, com os trabalhos desenvolvidos no decurso de 2013, no âmbito das atividades do GT-FEEI, criado no âmbito do CNES, a CASES colaborou em 2014 na preparação dos instrumentos de gestão dos programas, no âmbito do Programa Portugal 2020, que integram o apoio ao desenvolvimento da Economia Social, em particular, do PO ISE, sem prejuízo dos restantes PO's Temáticos e Regionais.

2 - Desenvolvimento das Atividades do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e Lei de Bases da Economia Social

No âmbito das suas atividades, no enquadramento das atribuições e competências que lhe estão cometidas pela legislação aplicável e pelos regulamentos, a CASES apoiou os trabalhos do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) que reuniu, em plenário, em Setembro de 2014, sob presidência de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, tendo debatido vários assuntos de importância para o setor, nomeadamente em matéria do novo ciclo de fundos comunitários até 2020.

No âmbito da regulamentação da Lei de Bases da Economia Social, ressalta o trabalho da Comissão de Redação para a Reforma da Legislação do Sector Cooperativo, que realizou cinco reuniões formais para discussão do novo articulado do Código Cooperativo, tendo entregue ao Governo o respetivo relatório de atividades.

Foi ainda elaborado, no início de setembro, para ser presente ao CNES, o relatório final de atividades do Grupo de Trabalho para a Revisão da Legislação de Economia Social.

IV – Atividades

3 - Dinamização da atividade da OCPLP

A Organização Cooperativista dos Povos de Língua Oficial Portuguesa (OCPLP) é uma Associação Internacional para o Desenvolvimento que integra cooperativas de todos os ramos cooperativos dos países de língua oficial portuguesa.

Em 2014, a OCPLP, no âmbito das suas atribuições, desenvolveu diversas atividades, de que se destacam o desenvolvimento do Portal e da página de facebook, nos quais foram divulgadas informações e notícias sobre o cooperativismo no mundo lusófono, bem como atividades desenvolvidas pelos membros, tendo sido realizada, em Brasília, a 14 de outubro, a assembleia geral da organização.

4 - Conta Satélite da Economia Social (CSES) e Base de dados permanentes das entidades da economia social

Foram desenvolvidas um conjunto de diligências no sentido de viabilizar a atualização da CSES, publicada em 2013, com base nas Contas Nacionais de 2010, em parceria com o INE de que resultou ter sido inscrita no Plano de Atividades do INE para 2015, e no da CASES, o projeto de elaboração, a iniciar no decurso de 2015, de uma atualização da CSES.

Foram ainda realizadas um conjunto de diligências técnicas tendo em vista capacitar a CASES para, conforme previsto na Lei de Bases da Economia Social, Lei nº 30/2013 de 8 de maio, no seu nº 1, do art.º 6º, após decisão a ser tomada pelo governo, elaborar, publicar e manter atualizada, em sítio próprio, a base de dados permanente das entidades da economia social.

5 – Programa ES Jovem

O Programa ES Jovem foi criado em 2014, tendo surgido da necessidade de dar a conhecer a economia social aos jovens, salientando, através das diversas iniciativas, a relevância, o dinamismo e o impacto da Economia Social, contribuindo para afirmar o setor como portador de oportunidades

IV – Atividades

para a criação de emprego. Ao longo do ano de 2014, no âmbito do Programa, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Realização de sessões de apresentação/esclarecimento;
- Atribuição de Bolsas ES Jovem/Optimus Alive;
- Promoção de ações de comunicação e divulgação.

6 – Projeto GeraçãoCoop

O Projeto GeraçãoCoop assegurou a continuidade, em 2014, do trabalho de sensibilização para os benefícios da cooperação, e do cooperativismo, e de divulgação do modelo empresarial cooperativo, enquanto promotor de valores e princípios fundamentais. Para tal, realizaram-se workshops, preferencialmente, para jovens e grupos de pessoas interessados em constituir cooperativas. Em simultâneo decorreu a atividade de elaboração de uma agenda para o público infantil sobre as temáticas da cooperação e da solidariedade.

7 - Portal Zoom – Mais Próximo da Economia Social

O Portal Zoom deu continuidade ao do trabalho em rede, tendo por objetivo potenciar a visibilidade e comunicação do setor da economia social, através da dinamização dos eixos formativo, informativo e de promoção de bens e produtos com origem nas atividades das organizações da economia social.

No decorrer do ano de 2014 realizaram-se reuniões com as entidades parceiras do Portal, para avaliação das necessidades de divulgação e comunicação do setor, com o objetivo de iniciar, em 2015, um processo de reformulação das funcionalidades do ZOOM, designadamente do layout da *homepage* e das páginas/separadores/menus.

IV – Atividades

8 - Programas de Inovação Social

Em coerência com uma das linhas da Estratégia Europa 2020 e, nalguns casos, dando continuidade a iniciativas já em curso, destaca-se a participação da CASES em projetos orientados para a inovação social, dos quais se sublinham: o Laboratório de Inovação Social, o Grupo de Reflexão de Avaliação do Impacto Social e preparação do Programa Impacto Social, em parceria com a Fundação Montepio.

9 - Programa institucional de apoio às organizações membros da CASES

No decurso do ano foi executado, na íntegra, o Programa em título tendo as organizações cooperadoras da CASES elaborado os respetivos relatórios de execução.

10 - Atividades de apoio à formação pós graduada

A CASES desenvolveu diversas parcerias com as universidades portuguesas no sentido de apoiar e promover o estudo contínuo, através de pós-graduações em Economia Social, em particular, com a FEUC, da Universidade de Coimbra, tendo apoiada a participação na pós graduação que esta Faculdade organiza de 6 alunos/as, assim com na pós- graduação organizada pelo ISCSP tendo, nesta, apoiada a frequência de 7 alunos/as. Em todos os casos os/as alunos/as obtiveram uma elevada taxa de sucesso , assim como elevadas classificações individuais.

11 - Participações mais relevantes da direção:

- ✓ Tomada de Posse dos Novos Órgãos Sociais para o Mandato 2014/2017 da FENACAM;
- ✓ Tomada de Posse Pública dos Novos Órgãos Sociais do CNJ;
- ✓ Conferência "Mar e a Economia Social" - O Mundo Mútua na Nazaré;
- ✓ Sessão de Abertura Pós-Graduação em Economia Social – Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade da FEUC;
- ✓ Leccionação, pro bono, na Pós-Graduação em Economia Social do ISCSP;
- ✓ Lançamento do Laboratório de Investimento Social, Fundação Calouste Gulbenkian;

IV – Atividades

- ✓ Sessão Comemorativa do Dia Internacional das Mulheres (CIG);
- ✓ Conferência Novos Desafios de Desenvolvimento para a Península de Setúbal;
- ✓ Jornada Vidas Ubuntu;
- ✓ Atelier Temático "Condições de Suporte - Economia Social", CCDR Alentejo;
- ✓ Sessão de Lançamento do Centro de Inovação da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e assinatura de protocolo);
- ✓ Reunião com representantes da Comissão Europeia para negociação das linhas orientadoras do PO ISE;
- ✓ 7º Encontro Temático do MESS (Conciliação Trabalho / Família);
- ✓ Colóquio/Debate "O papel da Economia Social e Solidária no contexto atual do Estado Social em Portugal";
- ✓ Conferência "Portugal: rumo ao crescimento e emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa";
- ✓ Sessão de Focus Group "Avaliação Ex-Ante do PO ISE 2014-2020";
- ✓ Apresentação do Programa de Cidadania da Plataforma Operacional do BIS;
- ✓ Conferência Internacional "Inovação Social, Empreendedorismo e Intergeracionalidade - Uma estratégia para a criação de emprego? O projeto UAW - United at Work";
- ✓ Inauguração Restaurante Kantina – INATEL;
- ✓ Sessão de Abertura da Campanha Pirlampo Mágico 2014;
- ✓ Conferência "Economia Social e Solidária: Actualidade e Desafios Futuros nos Açores";
- ✓ Conferência Internacional "Desafios da Economia Social e Solidária";
- ✓ Encontro Galego-Português Rede Eusumo;
- ✓ Seminário "Problemas sociais complexos e governação integrada";
- ✓ Fórum Inovar para a Sustentabilidade Social CLDS Camarate;
- ✓ XI Congresso Nacional das Misericórdias;
- ✓ Concurso de Empreendedorismo da Acredita Portugal (Labs Lisboa);

IV - Atividades

- ✓ Seminário sobre Empregabilidade e Empreendedorismo;
- ✓ V Congresso CNIS - Solidariedade: Novos Caminhos, Valores de Sempre;
- ✓ Debate "Cooperativismo e Sociedade" Pluricoop;
- ✓ Seminário Internacional - Painel "O Mercado de Trabalho, e o desemprego nos Países da EU";
- ✓ Dia Mundial das Cooperativas - Atividade AGROS;
- ✓ Conferência Internacional "Problemas sociais complexos: desafios e respostas";
- ✓ Cerimónia de Entrega do Prémio Calouste Gulbenkian 2014;
- ✓ Encontros Regionais Descentralizados ANIMAR;
- ✓ Ato Público de Constituição da Associação Estrela do Mar - Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca;
- ✓ A Strategy for the Civic Economy in Portugal: a blueprint for Europe;
- ✓ Prémio "Empreendedorismo FCSH/NOVA/SANTADER TOTTA _Melhores Planos de Negócio;
- ✓ Cerimónia de Inauguração da nova sede social da UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL;
- ✓ 8º Encontro Nacional da Mútua dos Pescadores;
- ✓ Prémio Inovação Crédito Agrícola;
- ✓ Conferência "Economia Social e Solidária e a valorização dos territórios";
- ✓ Reunião de Lançamento da 23ª Conferência Europeia dos Serviços Sociais (MSESS);
- ✓ Dia Nacional do Mutualismo - Conferência "Importância do Mutualismo no Mundo;
- ✓ Seminário Internacional sobre Indicadores no Período 2014-2020 (AD&C);
- ✓ Sessão de Trabalho sobre Empreendedorismo Imigrante (ACM);
- ✓ Dia da Formação Financeira (Plano Nacional de Formação Financeira);
- ✓ Cerimónia de Atribuição do Prémio Damião de Góis;
- ✓ Apresentação pública do Estudo "Micro-Negócios: Avaliar, Divulgar, Partilhar";
- ✓ Encontro Nacional de Dirigentes das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) Ovar – Membro da Mesa de Encerramento;

IV – Atividades

- ✓ Seminário "Cruzando a Barreira Invisível: o que podemos aprender com o Steve Jobs, a Madre Teresa e D. Sebastião?" ;
- ✓ Apresentação da Revista Científica Análise Associativa (Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto);
- ✓ Comemoração do 46.º Aniversário da Fundação CEBI;
- ✓ Seminário "Economia Social 2020" União das Misericórdias Portuguesas;
- ✓ XIV Congresso Internacional de Capital de Risco e Empreendedorismo.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

- . Coordenar e apoiar as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI), pelo Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) e pelo Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação (GITI);
- . Apoiar o funcionamento dos órgãos sociais da CASES;
- . Colaborar na execução de projetos sob gestão da Direção;
- . Promover a Igualdade de Género e Cidadania;
- . Promover e apoiar a edição de publicações CASES.

A Secretaria-Geral (SG) tem como missão assegurar o apoio técnico à Direção da CASES, permitindo uma mais eficaz e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e estruturas intermédias, através da coordenação das atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, das tecnologias de informação e da comunicação institucional.

Durante o ano de 2014 a SG desenvolveu as seguintes atividades:

Coordenação e apoio aos Gabinetes

- Promoção e acompanhamento das políticas de organização e de gestão dos recursos humanos, apoiando a tomada de decisão e a respetiva concretização:
 - ✓ Orientação e apoio às atividades desenvolvidas pelos Gabinetes que integram a SG, em articulação com a direção;
 - ✓ Colaboração com os restantes departamentos, através da participação da SG nos processos de estudo e diagnóstico;
 - ✓ Promoção da adoção de procedimentos internos mais eficientes e otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros disponíveis;
 - ✓ Estudo e programação da aplicação de medidas tendentes a promover a inovação e a modernização organizacional.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

- Promoção e acompanhamento da programação e da ação formativa dos/as colaboradores/as :
 - ✓ Participação da CASES nas ações de formação integradas no programa formativo Form@r-2014, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (SG-MSESS);
 - ✓ Realização do diagnóstico de necessidades formativas internas e envio de propostas de formação para a SG-MSESS, para elaboração do programa formativo Form@r-2015;
 - ✓ Realização da ação de formação interna “A Economia Social – Questões Jurídicas”, com o objetivo de dotar os/as colaboradores/as da CASES de conhecimentos sobre o enquadramento jurídico do setor da economia social.
- Desenvolvimento de medidas tendentes a promover a responsabilidade social:
 - ✓ Criação do Projeto BEM – “Bem Está à Mão” e constituição do Grupo de Trabalho responsável pela implementação e dinamização de atividades no âmbito da responsabilidade social;
 - ✓ Promoção da participação dos/as colaboradores/as na definição de ações a desenvolver no âmbito da responsabilidade social, através da apresentação de propostas e contributos;
 - ✓ Elaboração do “Plano de Ação de Responsabilidade Social” para o ano de 2015, no âmbito do Projeto BEM;
 - ✓ Participação nas atividades desenvolvidas pela “Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social” do MSESS (RedeSMSESS), designadamente no âmbito do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos;
 - ✓ Formalização do pedido de adesão à “Rede de Responsabilidade Social das Organizações” - RSO PT;
 - ✓ Formalização do pedido de adesão à “Comissão Social da Freguesia de Avenidas Novas”;
 - ✓ Formalização do pedido de adesão ao “Conselho Local de Ação Social”.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

- Coordenação do Welcome Desk, serviço de atendimento aos/às utentes da CASES:
 - ✓ Realização de 28 atendimentos presenciais (22) e a distância (6) para esclarecimento de dúvidas relativamente à constituição de entidades da economia social e seu encaminhamento para os departamentos competentes.
- Promoção da participação da CASES em programas de estágios:
 - ✓ Acolhimento de 5 estagiários/as enquadrados/as na Medida Estágios-Emprego promovida pelo IEFP;
 - ✓ Acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito dos estágios, através da realização de reuniões de balanço intermédio.
- Elaboração de reportes periódicos referentes aos recursos humanos da CASES (SIOE, Relatório Único);
- Acompanhamento do processo de implementação das medidas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Apoio aos Órgãos Sociais

- Assistência técnica aos órgãos sociais, através da elaboração e acompanhamento dos necessários instrumentos de planeamento e de gestão:
 - ✓ Acompanhamento da execução do “Plano de Atividades para 2014”;
 - ✓ Colaboração na elaboração da proposta de “Relatório de Gestão de Atividades e Contas de 2013” e da proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2015”;
 - ✓ Colaboração na elaboração de nova versão do “Plano de Prevenção da Corrupção e Atividades Conexas”, adaptado à nova orgânica da CASES,
- Acompanhamento dos processos e procedimentos aprovados pelos órgãos sociais;
- Compilação de elementos informativos de interesse para envio aos membros dos órgãos sociais;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo CNES.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Apoio à Execução de Projetos

- Apoio ao desenvolvimento dos projetos sob a gestão da direção, designadamente o “Programa ES Jovem” e o “Projeto GeraçãoCoop”.
- Acompanhamento do Programa “*Faz-Te Forward*”, programa de capacitação promovido pela Associação TESE, que tem como objetivo aumentar e melhorar a empregabilidade e inclusão socioprofissional de jovens adultos.
- Gestão das inscrições e das participações nas formações pós-graduadas apoiadas pela CASES:
 - ✓ “Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade”, promovida pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC);
 - ✓ “Economia Social”, promovida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) de Lisboa.

Promoção da Igualdade de Género e Cidadania

- Integração do Plano para a Igualdade no Plano de Ação de Responsabilidade Social, bem como ações que permitam a operacionalização do processo de diagnóstico e de implementação do Plano;
- Participação na Comissão de Avaliação do Prémio *Igualdade é Qualidade*:
 - ✓ Análise das candidaturas à 11ª Edição do Prémio.

Edições CASES

- Apoio na publicação de 2 estudos em formato digital:
 - ✓ *Mulheres e cooperativas* - de João Salazar Leite (fevereiro 2014)
 - ✓ *Textos de economia social* - de João Salazar Leite (fevereiro 2014)

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Outras Atividades

Representações Institucionais :

- ✓ Conferência "Economia Social e Solidária e a valorização dos territórios", promovido pela ANIMAR, no âmbito da MANIFesta 2014;
- ✓ II Sessão Plenária " O Cooperativismo - Passado, presente e que futuro? - Encontro de Dirigentes, promovido pela FENACERCI;
- ✓ Workshop "Aprender com Projetos Inovadores", promovido pelo Centro de Inovação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova;
- ✓ Mesa Redonda "A Igualdade e a Conciliação Trabalho/Família nas Organizações da Economia Social e Solidária", promovida pelo Projeto EQUO;
- ✓ Sessão de abertura da Conferência da Federação Europeia de Cooperativas Renováveis (RESCOOP), promovida pela COOPERNICO;
- ✓ Focus Group sobre Competências para o Crescimento Económico, promovido pela PEEP – Plataforma para a Educação para o Empreendedorismo ;

Dinamização de atividades:

- ✓ Workshop GeraçãoCoop, no âmbito do Projecto ABOTA – Acção de Bairro para Oportunidades de Trabalho e Autonomia;
- ✓ Ação de sensibilização "Associativismo ou outras formas de auto-organização", promovida pelo projecto InterVal (CLDS+);
- ✓ Ação "Apresentação de projetos - estatutos e atividades" promovida pelo projecto InterVal (CLDS+);
- ✓ Evento Factor E – Feira de Emprego e Empreendedorismo, promovida pela Comissão Social de Freguesia de Marvila;
- ✓ Stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

- ✓ Workshop GeraçãoCoop na II Feira do Emprego e Empreendedorismo, promovida Escola Superior de Gestão de Idanha-A-Nova;
- ✓ Workshop GeraçãoCoop, promovido pelo Gabinete Jovem Utilidade Social – Escolhas 5ª Geração;
- ✓ Workshop “Cooperativas Culturais (GeraçãoCoop)” integrado na iniciativa Expand Your Mind, promovido pela I-Start da Covilhã;
- ✓ Sessões de lançamento do Programa ES Jovem no Porto, Lisboa, Évora e Coimbra;

Participação em atividades:

- ✓ Formação “Segurança e Saúde no Trabalho: Representante do Empregador”, promovido pela SG-MSESS, com a duração de 30h;
- ✓ Formação interna “A Economia Social: questões jurídicas”, com a duração de 6h;
- ✓ Sessão “Igualdade de Género e Conciliação Trabalho/Família”, promovida pela RedeSMSESS;
- ✓ Ação “Os Desafios e as Perspetivas dos Direitos da Mulher na Sociedade Atual”, promovida pelo GEP - MSESS
- ✓ 9ª Sessão do Ciclo de Debates “Ética e Responsabilidade Social”, promovido pelo INA.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

- . Executar as tarefas de secretariado da Direção;
- . Assegurar e apoiar a organização de reuniões, conferências e outras iniciativas promovidas pela Direção;
- . Executar as tarefas de gestão do expediente e da frota;
- . Executar as tarefas de apoio ao funcionamento do CNES;
- . Desenvolver um Plano de Comunicação que promova a CASES e os seus parceiros;
- . Alimentar o sítio da CASES e respetivas redes sociais;
- . Desenvolvimento das atividades inerentes ao Portal ZOOM – Mais Próximo da Economia Social;
- . Promover o programa de atividades da Casa António Sérgio.

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, apoiar a gestão dos recursos humanos, gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais.

Durante o ano de 2014 o GACI desenvolveu as seguintes atividades:

A) Apoio:

Secretariado da Direção

- Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de direcção, assembleia geral e conselho fiscal;

Quadro I – Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2014

Órgãos Sociais	N.º de reuniões realizadas em 2012
Assembleia Geral	3
Direção	57
Conselho Fiscal	4
Total	64

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

- Elaboração de sínteses de propostas para deliberação nas reuniões de direção;
- Elaboração das atas das reuniões de direção;
- Registo e atualização dos compromissos constantes na agenda da direção;
- Receção, classificação e distribuição interna do correio – registo de entrada de 3.110 documentos;
- Encaminhamento dos despachos da direção;
- Gestão do processo de cedência de instalações a terceiros – foram autorizados pela Direção 119 pedidos (49 pedidos de utilização de auditório, 31 pedidos de utilização da sala de formação e 39 pedidos de utilização da sala de reuniões).

Apoio à organização de iniciativas promovidas pela direção

- Apoio administrativo e logístico às reuniões realizadas entre os membros da direção e terceiros;
- Apoio administrativo às participações da direção em eventos organizados por terceiros.

Quadro II - Número de reuniões/participações da direção/2014

Órgãos Sociais/Meses	N.º de Reuniões												Total
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Presidente da Direção	6	10	7	2	5	7	9	1	4	5	8	5	69
Vice-Presidente da Direção	15	15	20	23	23	19	14	3	7	6	7	5	157
Total	21	25	27	25	28	26	23	4	11	11	15	10	226

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Gestão do expediente e da frota

- Execução dos procedimentos de receção de documentação, através do seu registo no sistema de gestão documental e distribuição, após o devido despacho da direção;
- Execução dos procedimentos de expedição de documentação da direção;
- Gestão das viaturas, quer ao nível da sua utilização, bem como da respetiva manutenção;
- Gestão das publicações, designadamente a sua receção e distribuição.

Quadro III – Número de publicações distribuídas em 2014

Meses	Vendas	Distribuição Gratuita	Total
janeiro	0	56	56
fevereiro	0	31	31
março	1	486	487
abril	0	19	19
maio	0	130	130
junho	0	24	24
julho	0	10	10
agosto	1	0	1
setembro	0	3	3
outubro	14	186	200
novembro	0	63	63
dezembro	0	6	6
Total	16	1.014	1.030

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Apoio ao funcionamento do CNES

- Apoio ao Secretário Executivo do CNES, designadamente na preparação da documentação distribuída nas reuniões do Plenário, reuniões dos Grupos de Trabalho e Comissões de Redação.

B) Comunicação e Imagem:

Desenvolvimento do Plano de Comunicação

- Reforço da comunicação *on-line*;
- Desenvolvimento de ações de melhoria dos sítios sob a gestão da CASES;
- Divulgação de projetos, eventos, workshops, formação da CASES e dos parceiros, e de toda a atividade relevante no setor;
- Elaboração e divulgação de 21 *newsletters* gerais no sítio da CASES e redes sociais;

Sítio da CASES e redes sociais

- Atualização permanente do sítio da CASES, através da inserção de notícias em foco, documentação, informações, comunicações e programas oficiais, com destaque na *homepage* do sítio;
- Atualização permanente da informação constante nos diversos menus internos do sítio da CASES;
- Divulgação de diversas atividades como formação, seminários, apelos, notas de imprensa e de notícias relacionadas sobre o setor da economia social nas redes sociais da CASES - 283 publicações a 31 de dezembro de 2014.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Portal ZOOM – mais próximo da economia social

- Inserção de conteúdos informativos de interesse para o setor (notícias, formações, ações, iniciativas, programas de apoio);
- Controlo dos registos efetuados no Portal;
- Dinamização da página de Facebook – 136 publicações a 31 de dezembro de 2014;
- Promoção da reformulação das funcionalidades do Portal ZOOM, designadamente do *layout* da homepage e das páginas/separadores/menus de todo o Portal;
- Acompanhamento do processo de intervenções técnicas e de introdução de novas implementações.

Promoção e Divulgação de Iniciativas

- Promoção das atividades de comunicação do “Programa SOU MAIS” (Programa Nacional de Microcrédito);
- Promoção dos eventos culturais na Casa António Sérgio;

Comunicação interna

- Elaboração de 7 edições da newsletter interna – *Voz Off*;
- Desenvolvimento de outras iniciativas de dinamização da comunicação interna.

Outras atividades

- ✓ Participação no evento de celebração do Dia Municipal para a Igualdade;
- ✓ Dinamização do workshop GeraçãoCoop na II Feira do Emprego e Empreendedorismo, promovida Escola Superior de Gestão de Idanha-A-Nova;

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

- ✓ Apoio técnico nas sessões de lançamento do Programa ES Jovem no Porto, Lisboa, Évora e Coimbra;
- ✓ Participação no Colóquio “Economia Social – Novos Desafios”;
- ✓ Reunião de Lançamento da 23ª Conferência Europeia dos Serviços Sociais;
- ✓ 1ª Reunião de Comunicação do BIS - Banco de Inovação Social;
- ✓ Participação na formação interna “A Economia Social: questões jurídicas”, com a duração de 6h.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- . Assegurar a gestão dos recursos humanos;
- . Assegurar a gestão orçamental, financeira e patrimonial;
- . Coordenar a aplicação do Regulamento Interno;
- . Realizar os procedimentos contabilísticos e dar cumprimento às obrigações fiscais.

Ao Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) compete promover e assegurar uma correta gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais da CASES.

Com base neste pressuposto, o GFORH desenvolveu, em 2014, as seguintes atividades:

Gestão dos Recursos Humanos

- Organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos;
- Aumento da eficácia e eficiência dos recursos humanos da CASES através da sua adequada gestão, promovendo uma política de formação e de avaliação de desempenho e a melhoria das condições de trabalho dos/as funcionários/as e da organização;
- Apoio à implementação das medidas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial

- Elaboração, gestão e controle orçamental - preparação da execução orçamental de 2013, acompanhamento da execução orçamental de 2014 e preparação da proposta de orçamento para 2015, para apresentação aos órgãos sociais;
- Execução das ações inerentes à elaboração e submissão de *reports* de carácter periódico e obrigatório junto da Direção Geral do Orçamento (DGO);
- Desenvolvimento das atividades inerentes à submissão do orçamento para 2015 junto da DGO;

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

Reports apresentados e submetidos à DGO no âmbito do enquadramento da CASES como Entidade Pública Reclassificada (EPR):

Reports mensais:

- ✓ Fundos disponíveis;
- ✓ Previsão Mensal da Execução;
- ✓ Mapa de encargos com o pessoal e número de efetivos;
- ✓ Balancete Analítico;
- ✓ Dívidas em mora;
- ✓ Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais;
- ✓ Pagamentos em Atraso;
- ✓ Deslocações em território nacional e estrangeiro;

▪ **Reports trimestrais:**

- ✓ Unidade de Tesouraria;
- ✓ Balancete Analítico;
- ✓ Relatório de Execução Orçamental;

▪ **Reports anuais:**

- ✓ Balancete Analítico com saldos iniciais;
- ✓ Saldo da gerência anterior;
- ✓ Demonstrações Financeiras Previsionais Anuais e Orçamento;
- ✓ Estimativa do Balanço e Demonstração de Resultados;
- ✓ Prestação de Contas do Exercício;
- ✓ Balancete Analítico após encerramento do exercício.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- Realização das atividades inerentes à gestão financeira, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Reporte periódico à direção de mapas de gestão e controlo financeiro;
- Realização dos procedimentos contabilísticos e cumprimento das obrigações fiscais;
- Execução dos procedimentos de contratação pública (em partilha com o Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade) destinados à aquisição de bens e serviços;
- Gestão do património – inventário de bens e aprovisionamento, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Elaboração dos documentos necessários para apresentação aos órgãos sociais, em cumprimento das disposições legais;
- Execução das tarefas inerentes ao economato.

Regulamento Interno

- Promoção do cumprimento do disposto no Regulamento Interno;
- Preparação e apresentação de proposta de atualização do Regulamento Interno.

Procedimentos Contabilísticos e Fiscais

- Controlo de execução de despesas, conforme o orçamento aprovado;
- Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respetivos registos contabilísticos obrigatórios;
- Realização dos processamentos administrativos;
- Cumprimento das obrigações fiscais nos prazos estipulados na lei.
- Realização da cabimentação de despesas, conforme o orçamento aprovado.

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

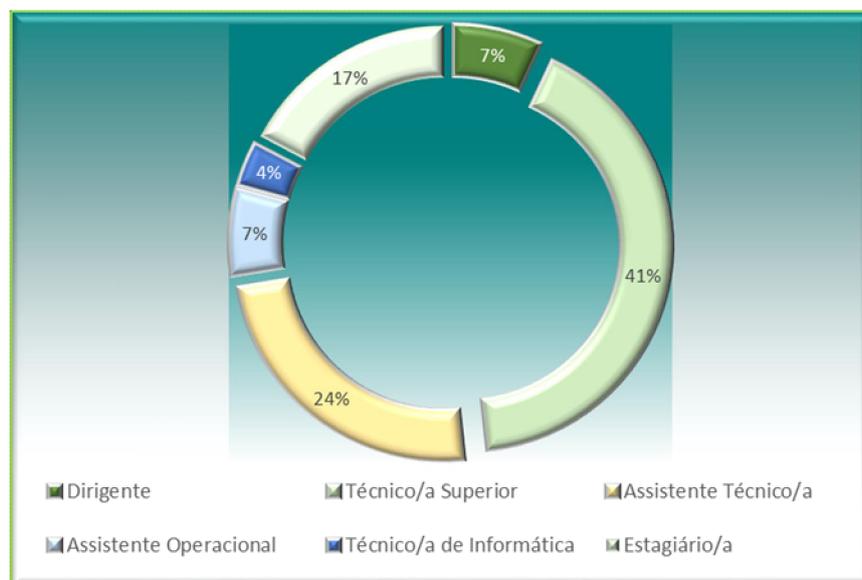
- **Recursos Humanos:**

Quadro IV – Recursos Humanos 2014 – Categoria Profissional

Grupo Profissional	Homens	Mulheres	Total
Dirigente	1	1	2
Técnico/a Superior	6	6	12
Assistente Técnico/a	3	4	7
Assistente Operacional	1	1	2
Técnico/a de Informática	1	0	1
Estagiário/a	2	3	5
Total	14	15	29

Fonte: CASES

Gráfico I – Recursos Humanos 2014 – Categoria Profissional (%)



Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- **Recursos Humanos:**

Quadro V – Recursos Humanos 2014 – Faixa Etária

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
20-24	2	1	3
25-34	1	6	7
35-44	2	5	7
45-54	1	0	1
55-64	7	3	10
65/+	1	0	1
Total	14	15	29

Fonte: CASES

Quadro VI – Recursos Humanos 2014 – Nível de Habilitações

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total
Até ao 1º Ciclo do Ensino Básico	0	0	0
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	2	1	3
Ensino Secundário	4	8	12
Bacharelato	0	0	0
Licenciatura	7	2	9
Mestrado	1	4	5
Doutoramento	0	0	0
Total	14	15	29

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

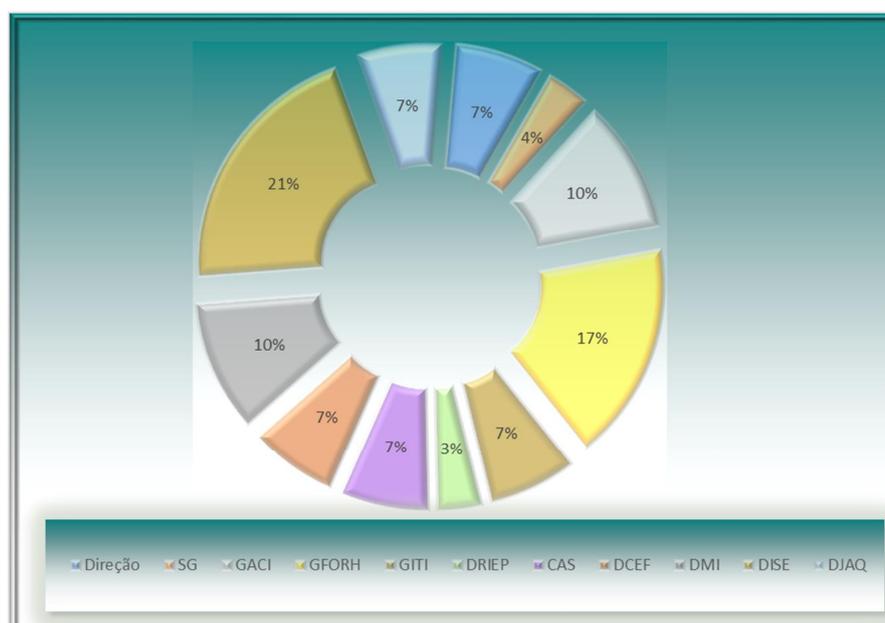
- **Recursos Humanos:**

Quadro VII – Recursos Humanos 2014 – Vínculo Contratual

Vínculo Contratual	Nomeação		Contrato de Trabalho em Funções Públicas		Contrato Individual de Trabalho		Contrato de Estágio		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Dirigentes	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Técnicos/as Superiores	0	0	2	0	4	6	0	0	12
Assistentes Técnicos/as	0	0	2	2	1	2	0	0	7
Técnicos/as de Informática	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Assistentes Operacionais	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Estagiários/as	0	0	0	0	0	0	2	3	5
Total	1	1	7	4	5	8	2	3	26

Fonte: CASES

Gráfico II – Recursos Humanos 2014 – Unidade Orgânica



Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- **Recursos Humanos:**

Quadro VIII – Recursos Humanos 2014 – Entradas e Saídas

Entradas			Saídas		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
7	5	12	6	3	9

Fonte: CASES

Quadro IX – Recursos Humanos 2014 – Formação Profissional

N.º de colaboradores/as			Total de horas de formação	Volume de Formação
Homens	Mulheres	Total		
7	9	16	484,5	7.752

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação

- . Gerir os sistemas de informação;
- . Gerir os equipamentos informáticos.

Ao GITI compete gerir o sistema informático e apoiar os/as utilizadores/as no uso corrente das tecnologias de comunicação e informação.

No decorrer de 2014 desenvolveu as seguintes atividades:

Sistemas de Informação

- Execução de procedimentos de backups (diários e semanais) do sistema de Gestão Documental para discos externos, tapes e disco interno, como medida adicional para garantir o restauro dos dados em caso de necessidade;
- Desenvolvimento de atividades de rotina a nível de Helpdesk e Administração do Parque Computacional nas vertentes de hardware, software, aplicações, rede e segurança;
- Apoio na avaliação de cenários para partilha de ficheiros com utilizadores externos (delegados);
- Atualizações diversas no sítio da CASES – notícias, newsletters (754 registos);
- Atualizações ao sítio www.sou-mais.org (15);
- Atualização da informação das Newsletters no sítio da CASES e respetivas divulgações através dos endereços de emails – 21 newsletters;
- Formatação das Newsletters em HTML (online) – 21 newsletters;
- Execução das tarefas inerentes à administração de sistema, de modo que as aplicações estejam disponíveis aos/às utilizadores/as;
- Apoio aos utilizadores/as internos em razão das suas necessidades;
- Correção de problemas no âmbito do funcionamento dos servidores;

V – Ações por Departamento

- Desenvolvimento de atividades de *helpdesk* e administração do parque computacional nas vertentes de *hardware*, *software*, aplicações, rede e segurança;
- Atualização da lista *online* das credenciais emitidas às cooperativas no sítio CASES.pt, para informação à Agência para o Desenvolvimento e Coesão – 15 registos;

Equipamentos informáticos

- Apoio na definição de requisitos e avaliação de propostas, no âmbito da revisão do contrato relativo a serviços de comunicações de voz e dados e alojamento de serviços Internet;
- Preparação de portáteis para uso na Delegação Norte com partilha de documentos num Servidor da CASES através de acesso VPN;
- Atualização corrente do inventário da relação de bens de informática.

Outras atividades

- ✓ Assistência pontual aos/às utilizadores/as dos telefones GlobalPhone;
- ✓ Assegurar os serviços de comunicações da Internet, dos telefones e das contas de email;
- ✓ Apoio aos utilizadores no âmbito da realização de videoconferências via *Skype* e *Hangout*;
- ✓ Tratamento mensal da relação contributiva dos trabalhadores em funções públicas no âmbito da CGA (Caixa Geral de Aposentações), para a emissão do documento único de cobrança (DUC) – com periodicidade mensal;
- ✓ Interlocutor com a entidade prestadora de serviços de consultoria, administração de sistema, *helpdesk* e assistência técnica a infraestruturas tecnológicas;
- ✓ Participação na ação “Software e Normas Abertas na Administração Pública”, promovida pela AMA;
- ✓ Participação na ação de formação “Gestão de Redes Sociais”, promovida pela SG-MSESS, com a duração de 14h;
- ✓ Participação na formação interna “A Economia Social: questões jurídicas”, com a duração de 6h.

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva
. Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, nacionais e internacionais, tendo em vista a realização de ações conjuntas na área da economia social;
. Prestar apoio ao CNES;
. Apoiar tecnicamente o Júri do Prémio “Cooperação e Solidariedade – António Sérgio”;
. Promover e divulgar estudos e atividades de reflexão;
. Coordenar a Casa António Sérgio.

O Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva (DRIEP) tem por missão garantir o apoio técnico às atividades de cooperação institucional, realizar estudos e análises prospetivas e coordenar a Casa António Sérgio.

No decorrer de 2014 desenvolveu as seguintes atividades:

Cooperação Institucional

▪ Participação em organizações, grupos de trabalho e projetos nacionais e internacionais:

- ✓ Acompanhamento dos trabalhos e participação na assembleia geral da Social Economy Europe;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos e participação no Conselho Executivo do CIRIEC Internacional;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos da rede ESMED;
- ✓ Participação no Grupo de Trabalho de Relações Internacionais do MESS;
- ✓ Acompanhamento da visita de uma comitiva proveniente da Coreia do Sul.

▪ Promoção de contactos com países lusófonos:

- ✓ Acompanhamento das atividades da OCPLP – “Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa”;

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

- ✓ Realização da Assembleia Geral da OCPLP, em Brasília;
- ✓ Realização de reunião com Ministro do Comércio, Industria e Ambiente de Timor-Leste e com o Diretor da Direção Nacional das Cooperativas, Micro e Pequenas Empresas;
- ✓ Acompanhamento da visita de um grupo de cooperativistas de Minas Gerais, Brasil;
- ✓ Realização de 2 videoconferências da Direção da OCPLP;
- ✓ Atualização do Portal da OCPLP, através da divulgação de notícias sobre o cooperativismo no países de língua oficial portuguesa, bem como atividades desenvolvidas pelos membros – 202 registo e 12.187 visualizações de 10 países diferentes;
- ✓ Dinamização do *Facebook* da OCPLP - 2709 seguidores a 31 de dezembro de 2014.

▪ Gestão dos protocolos e acordos de cooperação

- ✓ Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados pela CASES.

CNES

▪ Organização, acompanhamento e secretariado das atividades do CNES:

- ✓ Reunião do Plenário, presidido pelo Senhor Primeiro-Ministro;
- ✓ 5 reuniões da Comissão de Redação de reforma da legislação do Setor Cooperativo;
- ✓ Elaboração do Relatório Final das Comissões formadas no âmbito do Grupo de Trabalho para a Revisão da Legislação da Economia Social – GET-LES;
- ✓ Gestão e manutenção do sítio do CNES.

Prémio “Cooperação e Solidariedade – António Sérgio

O “Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio”, criado em 2012, constitui uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a economia social.

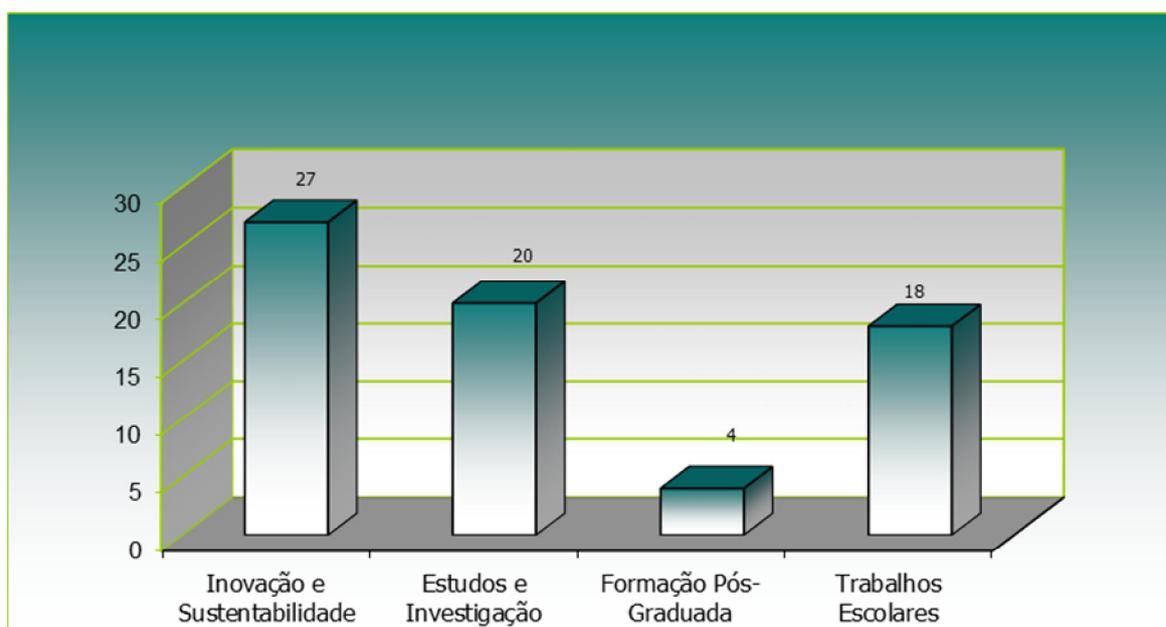
V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Em 2014, no âmbito da sua 3ª Edição, destacam-se as seguintes atividades:

- ✓ Receção e análise de 69 candidaturas ao Prémio: 27 na categoria Inovação e Sustentabilidade; 20 na categoria Estudos e Investigação; 4 na categoria Formação Pós-Graduada; 18 na categoria Trabalhos Escolares;
- ✓ Realização de 4 reuniões do Júri do Prémio;
- ✓ Apoio técnico ao Júri do Prémio nas várias fases do processo;
- ✓ Planeamento e organização da Cerimónia Pública de Entrega do Prémio.

Gráfico III – Candidaturas ao Prémio “Cooperação e Solidariedade – António Sérgio” - 2014



Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Estudos e atividades de reflexão e divulgação

- Apoio à promoção de congressos, conferências e seminários em conjunto com as entidades parceiras no sentido da divulgação da economia social e dos seus atores;
- Promoção do reconhecimento legal e jurídico da economia social;
- Tradução de 5 textos de relevância para o setor;
- Divulgação de 7 relatórios internacionais merecedores de reflexão;
- Publicação de 2 livros, em formato eletrónico, no sítio da CASES.

Outras atividades

Participações:

- ✓ Sessão “Influenciar as Políticas Europeias – O Roadmap Cooperativo para a União Europeia e os Desafios para as Legislações nacionais”, Varsóvia, Polónia;
- ✓ Sessão “Desafios da Economia Social e Solidária”, promovido pelo CIRIEC Internacional, Lisboa;
- ✓ Seminário sobre a Lei de Bases de Economia Social, promovido pela UDIPSS, Lisboa;
- ✓ Sessão “Empresariado Social – Um Instrumento dirigido ao Desenvolvimento local, Jovens desempregados e Necessidades sociais”, Creta, Grécia;
- ✓ Congresso Fenacerci – Ovar;
- ✓ IX Jornadas Cooperativas de S. João da Pesqueira;
- ✓ Reunião ESMED/Rencontres du MontBlanc, Madrid;
- ✓ Conferência “A Economia Social face à futura agenda das Instituições europeias”, Madrid;

Representações Institucionais:

- ✓ Sessão sobre a Lei de Bases de Economia Social de Portugal – Creta, Presidência Grega da União Europeia;

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

- ✓ Sessão “O que é a rede ESMED”, Madrid;
- ✓ Sessão “A Lei de Bases de Economia Social de Portugal, Madrid, CEPES;

Elaboração de Estudos e Artigos:

- ✓ “Textos de Economia Social”, no sítio da CASES;
- ✓ “Mulheres e Cooperativas”, no sítio da CASES;
- ✓ Artigo “Les Municipalités et l’Économie Sociale” – para a Cimeira Internacional de Cooperativas, Québec City;
- ✓ “A Alternativa Cooperativa”;
- ✓ “How Politics and Good Governance Are Generally Incompatible – Two cases in Portugal”;
- ✓ “Em Torno do Municipalismo e da Economia Social – IX Jornadas Cooperativas de S. João da Pesqueira”.

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Casa António Sérgio

A Casa António Sérgio (CAS) tem por missão organizar e manter atualizada a biblioteca sobre temas da economia social e realizar atividades de dinamização cultural.

Durante o ano de 2014 desenvolveram-se as seguintes atividades:

Revitalização da CAS

- Revitalização da atividade da Biblioteca ao serviço da comunidade e das entidades da economia social, de estudiosos e do público em geral, através da disponibilização do espólio documental de António Sérgio, na parte de que é depositária, além da promoção de eventos e atividades de animação sociocultural e outras consideradas necessárias no âmbito mais geral da CASES.

Obra de António Sérgio

- Disponibilização da obra digitalizada para consulta na *Biblioteca Digital António Sérgio* (www.bibliotecaantoniosergio.pt), sítio que apresenta cerca de 60.000 páginas digitalizadas;
- Realização do Inventário do Arquivo Pessoal de António Sérgio onde foram identificados e analisados cerca de 10 110 páginas distribuídas por:
 - ✓ Documentos – 2300;
 - ✓ Pastas – 390.
- Com o resultado deste inventário iniciou-se a execução de um quadro de classificação da documentação, o qual será disponibilizado na página online da CAS.

V – Ações por Departamento

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Casa António Sérgio

Gestão documental

- Início do processo de substituição Sistema de Gestão Documental e Alojamento da Base de Dados (Biblioteca e Arquivo CAS):
 - ✓ Pedido e análise de propostas;
 - ✓ Proposta de aquisição de software.
- Tratamento documental informatizado (Catalogação, indexação e disponibilização no catálogo online) de 55 documentos:
 - ✓ Monografias – 10;
 - ✓ Publicações periódicas – 45

Dinamização e divulgação da CAS

- Criação da página Facebook “Casa António Sérgio” e conseqüente gestão de conteúdos;
- Início da elaboração do projeto de dinamização da CAS com a realização de tertúlias e outros eventos;
- Visita da Associação Amigos dos Castelos.

Outras atividades

- ✓ Participação no “Ciclo de Debates Pensar a Administração Pública - Políticas de Arquivo na AP” - promovido pelo INA - Torre do Tombo;
- ✓ Participação no Workshop “O open-source ao serviço das bibliotecas modernas - Keep Solution” – LNEC;
- ✓ Participação na “Sessão de Apresentação da versão 3.0 do sistema mindPrisma- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas” – APBAD.

V – Ações por Departamento

Departamento de Credenciação, Estatística e Formação

- . Credenciar as cooperativas e preparar medidas de modernização administrativa;
- . Atualizar a Central de Balanços;
- . Promover o desenvolvimento da CSES e sua respetiva divulgação, em parceria com o INE;
- . Implementar e desenvolver um programa de formação profissional de apoio à gestão e modernização do setor da economia social.

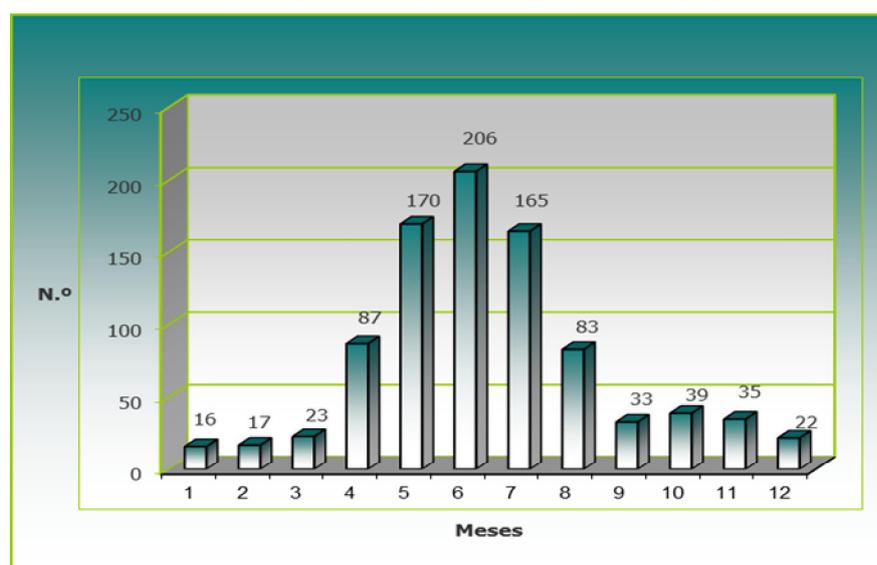
Ao Departamento de Credenciação, Estatística e Formação (DCEF) compete assegurar a credenciação das cooperativas, produzir e divulgar informação estatística do setor e promover programas de formação para o setor da economia social.

Durante o ano de 2014 o DCEF desenvolveu as seguintes atividades:

Credenciação de cooperativas e medidas de modernização

- Emissão de 896 credenciais a solicitação de cooperativas, com execução dos correspondentes processos individuais conforme estabelecido no manual de procedimentos, o que representa um acréscimo relativamente ao ano de 2013 (891):

Gráfico IV – Credenciais Emitidas - 2014



Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Credenciação, Estatística e Formação

- Registo e análise de 935 pedidos de credenciação, dos quais 39 não apresentaram todos os elementos necessários para a finalização do processo;
- No âmbito das medidas de modernização administrativa desenvolvimento do projeto de credenciação *online*, a ser implementado a partir do 2º trimestre de 2015:
 - ✓ Constituição de um grupo de trabalho interno;
 - ✓ Identificação de melhorias a fazer no sistema de gestão de credenciais;
 - ✓ Levantamento de requisitos para a implementação de um portal de credenciação online, em ligação com o sistema implementado;
 - ✓ Criação de um formulário para preenchimento *online* das cooperativas;
 - ✓ Elaboração de relatórios intermédios e final.

Central de Balanços do Setor Cooperativo

- Criação de uma nova base de dados do setor cooperativo:
 - ✓ Carregamento de todas as variáveis do Balanço e da Demonstração de Resultados, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, de 120 Cooperativas, tanto para o ano de 2012, como para o ano de 2013;
 - ✓ Cálculo de vários indicadores económicos e financeiros relativos a cada uma das cooperativas, a partir das variáveis do Balanço e da Demonstração de Resultados carregadas, como o Volume de Negócios, a Produção, o Valor Acrescentado Bruto, a Liquidez geral e reduzida, vários indicadores de rentabilidade, o volume de emprego de entre outros.

Conta Satélite da Economia Social (CSES)

- Divulgação da Conta Satélite da Economia Social de 2010 em múltiplos seminários, workshops e fóruns cuja temática incidisse sobre a Economia Social;

V – Ações por Departamento

Departamento de Credenciação, Estatística e Formação

▪ Estabelecimento de diligências formais e contactos com o Instituto Nacional de Estatística (INE) para a atualização da CSES, em 2015:

- ✓ No final do mês de dezembro de 2014 é tornado público o Plano de Atividades do INE para 2015 e, neste, refere-se que se dará "início à atualização, de acordo com a base 2011 das contas nacionais, das contas satélite da economia social (...)", salientando-se no Quadro 1 da página 90 que se dará " Início da compilação de uma conta satélite para a economia social, de acordo com a nova base 2011 das Contas Nacionais Portuguesas para o período de Referência 2010-2012."

Programa de Formação de apoio à gestão e modernização do setor da economia social

▪ Elaboração de proposta de cronograma para a atividade formativa de 2014;

▪ Preparação da constituição de uma bolsa de formadores em economia social;

▪ Organização e desenvolvimento dos Cursos de Gestão de Organizações da Economia Social na **Guarda**, em parceria com CLDS+Guarda – “Acreditar É Fundamental” e em **Trancoso**, em parceria com CLDS+ “Trancoso Empreendedor”:

- ✓ Articulação com a entidade parceira/promotora;
- ✓ Preparação da proposta inicial de parceria, orçamento previsional e orçamento final;
- ✓ Articulação com a equipa de formadores;
- ✓ Elaboração do Dossier Técnico Pedagógico;
- ✓ Representação da CASES na sessão de abertura do curso.

Outras atividades

Participações em reuniões:

- ✓ Júri do Prémio “António Sérgio – Cooperação e Solidariedade”;

V – Ações por Departamento

Departamento de Credenciação, Estatística e Formação

- ✓ No âmbito da OCPLP;
- ✓ No âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF).

Participação em Formações:

- ✓ “Inglês – Nível Intermédio”, promovido pela SG-MSESS, com a duração de 30h;
- ✓ “A Economia Social: questões jurídicas”, com a duração de 6h;
- ✓ 9ª Sessão do Ciclo de Debates “Ética e Responsabilidade Social”, promovido pelo INA.

Apoio técnico:

- ✓ Participação da CASES no Dia de Formação Financeira - “A formação financeira no apoio ao empreendedorismo”;
- ✓ Sessão de lançamento do Programa ES Jovem no Porto, Lisboa, Évora e Coimbra.

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento
. Implementar o Protocolo celebrado entre o IEFP e a CASES, no que respeita à operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito (PNM);
. Desenvolver uma estratégia de comunicação do PNM;
. Desenvolver ações de formação e de sensibilização no âmbito do PNM.
. Gerir a linha de crédito SOCIAL INVESTE – PADES/PES

Ao Departamento de Microcrédito e Investimento (DMI) compete prestar apoio técnico ao Programa Nacional de Microcrédito (PNM) e a gestão das linhas de crédito para o setor da economia social.

Durante o ano de 2014 o DMI desenvolveu as seguintes atividades:

Operacionalização do PNM

▪ Execução do “Regulamento de Procedimentos”, que define os termos e os procedimentos que regulam os aspetos técnicos necessários para a execução do PNM, após assinatura do Acordo de Cooperação entre o IEFP e a CASES:

- ✓ Estabelecimento das Entidades Certificadas para Prestar Apoio Técnico (ECPAT) - entidades prestadoras de apoio técnico à criação e consolidação de projetos (EPAT) credenciadas pelo IEFP e as entidades parceiras e protocoladas pela CASES.
- ✓ Classificação como ECPAT das entidades parceiras e protocoladas pela CASES, o que permite potenciar a utilização dos respetivos técnicos, na dinamização do PNM;
- ✓ Celebração de 5 Protocolos de Colaboração e Acordos de Cooperação e Apoio Técnico, com vista à densificação da rede de técnicos de apoio local com as seguintes entidades:
 - FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social;
 - Câmara Municipal de Oeiras;

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

- Câmara Municipal de São João da Pesqueira;
 - Cáritas Portuguesa;
 - MADAN-Parque.
- Densificação da malha de localização dos técnicos de apoio local, com a celebração de Acordos de Cooperação e Apoio Técnico e Protocolos de Colaboração, condição prévia a uma intervenção mais ativa para a dinamização do PNM.
- Criação da Comissão de Acompanhamento (CA), para efeitos de acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação CASES/IEFP, constituída por dois representantes de cada uma das entidades, assegurando dupla valência técnico-pedagógica e financeira:
- ✓ Realização de 3 reuniões da CA.
- Recolha de dados dos processos validados, com os respetivos quadros de informação mensal.
- No ano de 2014 foram validados 196 projetos no valor de 3.216.077€ (130 projetos no valor de €2.151.184 no ano de 2013):
- ✓ Valor médio de Investimento por operação: 16.408€;
 - ✓ Valor médio de Financiamento pedido por operação: 15.267€;
 - ✓ Postos de trabalho a criar: 310 a tempo inteiro e 64 a tempo parcial;
 - ✓ Projetos com apoio de Técnico de Apoio Local: 58;
 - ✓ As Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro concentraram 91% dos projetos validados em todo o país;
 - ✓ 52% do total de candidatos/as eram do sexo masculino;
 - ✓ 61% dos/as candidatos/as estavam na faixa etária dos 26 aos 45 anos;
 - ✓ 71% do total de candidatos/as tinham como habilitação literária o 12º ano ou superior, sendo que 30% do total de candidatos tinham licenciatura;
 - ✓ Os projetos por atividade económica repartiram-se maioritariamente pelo “Comércio por grosso e a retalho” (29%).

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

Quadro X – PNM - Projetos validados - 2014

2014	Validados		Investimento		Financiamento		nº de postos de trabalho a criar		Duração 2014		Inv. por posto de trabalho	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	Inteiro	Parcial	2014	2013
Janeiro	20	2	325.902 €	30.198 €	304.602 €	27.500 €	34	2	29	5	9.585 €	15.099 €
Fevereiro	12	7	187.099 €	99.594 €	179.756 €	84.844 €	23	8	18	5	8.135 €	12.449 €
Março	14	4	225.614 €	66.219 €	202.714 €	63.219 €	25	9	22	3	9.025 €	7.358 €
Abril	30	20	516.350 €	288.066 €	441.220 €	274.141 €	61	33	46	15	8.465 €	8.729 €
Mai	10	8	160.784 €	116.304 €	155.501 €	114.950 €	15	14	11	4	10.719 €	8.307 €
Junho	11	8	205.773 €	122.261 €	192.465 €	119.261 €	33	15	22	11	6.236 €	8.151 €
Julho	22	15	387.954 €	228.336 €	363.796 €	218.983 €	45	35	39	6	8.621 €	6.524 €
Agosto	15	15	231.939 €	255.361 €	224.639 €	239.736 €	24	35	17	7	9.664 €	7.296 €
Setembro	2	19	39.770 €	341.093 €	32.917 €	319.879 €	4	45	4	0	9.942 €	7.580 €
Outubro	27	15	387.398 €	287.195 €	368.423 €	271.656 €	46	32	41	5	8.422 €	8.975 €
Novembro	16	15	252.585 €	280.522 €	232.229 €	271.304 €	33	36	33	0	7.654 €	7.792 €
Dezembro	17	2	294.909 €	35.735 €	294.159 €	35.735 €	31	3	28	3	9.513 €	11.912 €
Total Anual	196	130	3.216.077 €	2.150.884 €	2.992.420 €	2.041.208 €	374	267	310	64	8.599 €	8.056 €

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

Quadro XI – PNM - Projetos validados Microentidades/Cooperativas - 2014

2014							
Mês	Projectos Validados	Total		nº de postos de trabalho a criar	Duração		Inv. por posto de trabalho
		Investimento	Financiamento		Inteiro	Parcial	
Janeiro	4	67.000 €	54.500 €	9	8	1	7.444 €
Fevereiro	1	20.000 €	20.000 €	3	2	1	6.667 €
Março	4	72.000 €	62.000 €	7	7	0	10.286 €
Abril	1	10.400 €	10.400 €	1	1	0	10.400 €
Mai	3	55.950 €	55.950 €	4	2	2	13.988 €
Junho	0	0 €	0 €	0	0	0	0 €
Julho	4	77.500 €	74.500 €	7	7	0	11.071 €
Agosto	2	40.000 €	35.000 €	5	2	3	8.000 €
Setembro	0	0 €	0 €	0	0	0	0 €
Outubro	5	80.300 €	79.300 €	13	12	1	6.177 €
Novembro	1	20.000 €	20.000 €	5	5	0	4.000 €
Dezembro	4	67.460 €	67.460 €	7	6	1	9.637 €
Total Anual	29	510.610 €	479.110 €	61	52	9	8.371 €

Fonte: CASES

Quadro XII – PNM - Projetos validados Por NUTS II - 2014

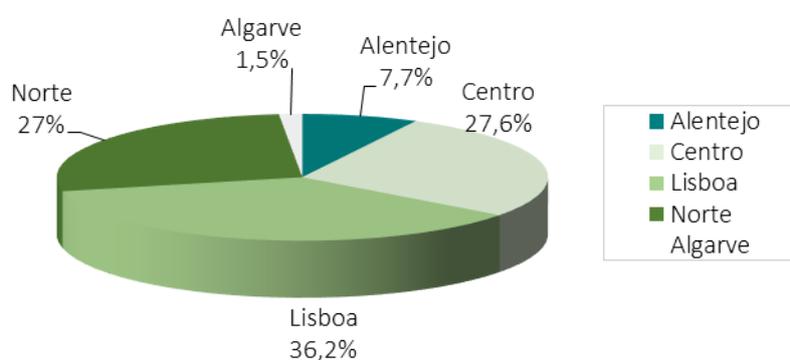
	nº	%
Alentejo	15	7,7%
Centro	54	27,6%
Lisboa	71	36,2%
Norte	53	27,0%
Algarve	3	1,5%

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

Gráfico V – PNM - Projetos validados Por NUTS II - 2014



Fonte: CASES

Quadro XII – PNM – Sexo dos/as empreendedores/as - 2014

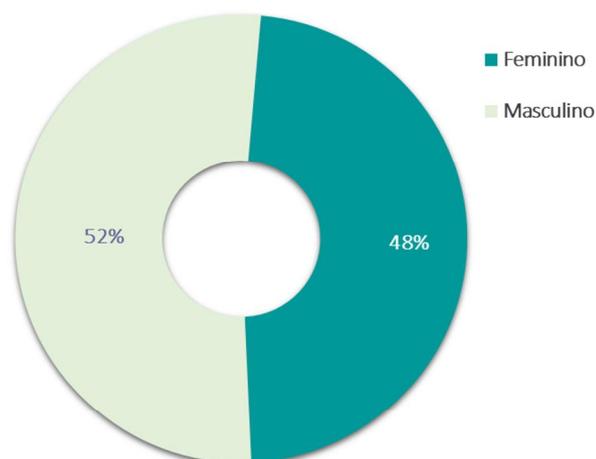
Sexo	Nº	%
Feminino	80	47,9%
Masculino	87	52,1%

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

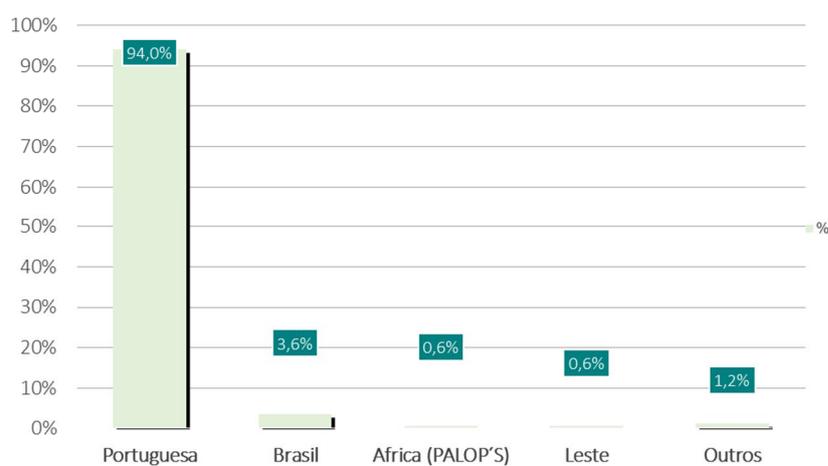
Departamento de Microcrédito e Investimento

Gráfico VI – PNM – Sexo dos/as empreendedores/as - 2014



Fonte: CASES

Gráfico VII – PNM – Nacionalidade dos/as empreendedores/as - 2014



Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

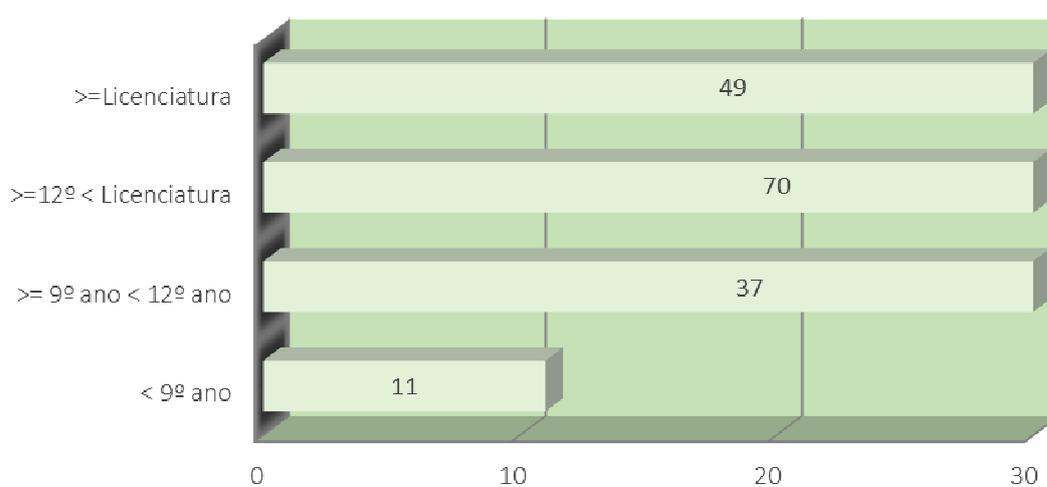
Departamento de Microcrédito e Investimento

Gráfico VIII – PNM – Faixa Etária dos/as empreendedores/as - 2014



Fonte: CASES

Gráfico IX – PNM – Habilitações Literárias dos/as empreendedores/as - 2014

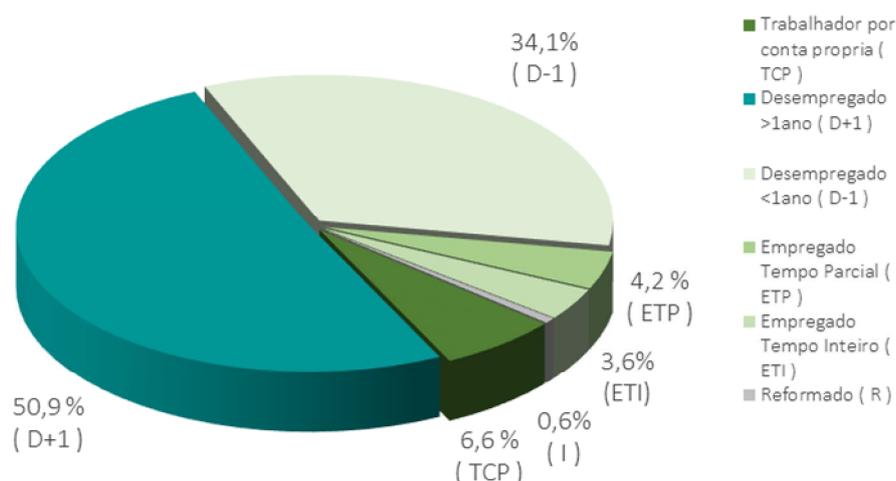


Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

Gráfico X – PNM – Estado profissional dos/as empreendedores/as - 2014



Fonte: CASES

Quadro XIII – PNM – Projetos validados por atividade económica - 2014

	nº	%
(A, B) Agricultura, produção animal, pesca e Indústrias extrativas	9	4,6%
(C, F, H) Transportes, Construção e Indústrias transformadoras	24	12,2%
(G) Comércio por grosso e a retalho	56	28,6%
(I) Alojamento e Restauração	33	16,8%
(J, P, R) Educação, Informação/comunicação e atividades desportivas	37	18,9%
(L, M, N) Atividades imobiliárias, administrativas e de consultoria	12	6,1%
(Q, S) Saúde humana, apoio social e outras atividades de serviços	25	12,8%

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

Estratégia de Comunicação

- Concertação, com o IEFP, de uma estratégia de informação e publicitação do PNM, que envolve as entidades certificadas para prestar apoio técnico específico ao PNM, nomeadamente as credenciadas pelo IEFP e as entidades parceiras e protocoladas pela CASES;
- Realização de ações de divulgação do PNM junto de entidades e instituições vocacionadas para apoio às populações e com capacidade de intervenção local (autarquias, universidades, fundações, etc), permitindo a concretização de novos protocolos de cooperação e vários projetos acompanhados por Técnicos de Apoio Local.
- Facilitação da informação, através dos seguintes mecanismos:
 - ✓ Atendimento telefónico: via geral ou através da Linha Verde SOU MAIS 800 020 009 (sem custos para o utilizador) - 5.438 chamadas;
 - ✓ Atendimento presencial – 120 atendimentos;
 - ✓ Atendimento online via correio eletrónico (microcredito@cases.pt) - 5.832 emails;
 - ✓ Site exclusivo do PNM (www.sou-mais.org);
- Disponibilização de material informativo relativo ao PNM em suporte físico ou digital - documento que refere as condições da linha de crédito, diploma onde se encontra a legislação e uma cópia do Dossier de Negócio que serve de base à elaboração dos projetos.

Ações de formação e de sensibilização

- Promoção de ações de formação, de sensibilização, reuniões e workshops para o público em geral e potenciais *stakeholders*;

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

- Aprofundamento dos mecanismos de trabalho com os técnicos de apoio local, no sentido de os capacitar para uma intervenção proactiva e eficaz na relação com os potenciais empreendedores.
- Ações realizadas:
 - ✓ Reunião com a ADI - Agência de Inovação;
 - ✓ Reunião com a Direção da Cáritas Portugal;
 - ✓ Sessão de Formação no Espaço Audax - Programa de Empreendedorismo Cultural e Indústrias Criativas;
 - ✓ Reunião com a delegação da Portela da Cruz Vermelha Portuguesa;
 - ✓ Articulação com a CIG (entidade Protocolada) do reporte da execução PNM 2013;
 - ✓ Reunião com Fundação Millennium BCP – European Microfinance Network;
 - ✓ Apresentação Recursos e Desenvolvimento na Alta de Lisboa (Audax);
 - ✓ Reunião com Audax;
 - ✓ Sessão de Formação Audax – Mouraria Empreende;
 - ✓ Reunião com Banco de Partilha Social;
 - ✓ Sessão de Formação na CM da Amadora;
 - ✓ Apresentação PNM no Lisboa Empreende (Parceria com a CM de Lisboa);
 - ✓ Reunião de articulação com a ANIMAR para desenvolvimento da rede de técnicos de apoio local;
 - ✓ Sessão de Apresentação para Programa de Apoio ao Empreendedor Almada (CM Almada, FCT-UNL, Madan Parque, Agência NovAlmadaVelha e IAPMEI PAE Almada);
 - ✓ Participação num Focus Group de reflexão sobre o empreendedorismo imigrante em Portugal (CNAI Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações);
 - ✓ Participação no Encontro Transnacional do Projeto MEGAN (Mentoring for Excluded Groups and Networks);
 - ✓ Workshop sobre o Programa Nacional de Microcrédito na ANIMAR;

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

- ✓ Reunião com a Associação Industrial Portuguesa para dinamização da rede de Técnicos de Apoio Local;
- ✓ Participação no Evento "Early Retirees as the next Generation of Entrepreneurs" – ISEG;
- ✓ Participação na sessão de autoavaliação da sociedade sobre a empregabilidade dos licenciados em sociologia pela Universidade Lusófona;
- ✓ Sessão sobre o Programa Nacional de Microcrédito na Casa da Cultura de Sacavém – Projeto A Bota;
- ✓ Workshop OIT: "Monitorização do desempenho e avaliação do impacto da Garantia Jovem";
- ✓ Monitorização da Garantia Jovem – Demonstração da Plataforma;
- ✓ Participação no evento "Formações coletivas especializadas de empreendedorismo", promovido pela AIRO.

Linha de Crédito SOCIAL INVESTE

- Implementação da Linha de Crédito, Programa de Apoio à Economia Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2010, de 4 de fevereiro e regulamentado pela Portaria nº 42/2011, de 19 de janeiro:
 - ✓ Emissão de 84 Declarações de Elegibilidade, na sua maioria a IPSS (64%);
 - ✓ Emissão de 14 Revalidações de Declarações de Elegibilidade, na sua maioria a IPSS (67%).
- Articulação com a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) para efeitos de informação da execução da Linha de Crédito:
 - ✓ Das 59 candidaturas elegíveis que deram entrada nas Sociedades de Garantia Mútua, no valor total de 4.723.696€, foram aprovadas 28, no valor total de 2.224.802€;
 - ✓ Das 28 candidaturas aprovadas, foram contratadas 19 operações, no valor total de 1.449.802€;

V – Ações por Departamento

Departamento de Microcrédito e Investimento

- ✓ O valor médio de financiamento por candidatura aprovada é de 79.457€;
- ✓ O valor médio de financiamento por operação contratada é de 76.305€;
- ✓ 56% das operações contratadas enquadram-se no Eixo 2, num valor total de 747.187,50€.

Outras atividades

Participações:

- ✓ Formação interna "A Economia Social: questões jurídicas", com a duração de 6h;
- ✓ 9ª Sessão do Ciclo de Debates "Ética e Responsabilidade Social", promovido pelo INA.

Apoio técnico:

- ✓ Dia de Formação Financeira - "A formação financeira no apoio ao empreendedorismo";
- ✓ Sessões de lançamento do Programa ES Jovem no Porto, Lisboa, Évora e Coimbra.
- ✓ Evento Factor E – Feira de Emprego e Empreendedorismo, promovida pela Comissão Social de Freguesia de Marvila;
- ✓ Stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo
. Gerir a medida COOPJOVEM ao abrigo da Garantia Jovem;
. Implementar e desenvolver programas de inovação social e de empreendedorismo;
. Promover workshops e sessões de divulgação e sensibilização sobre inovação social e empreendedorismo;
. Divulgar e disponibilizar informações e instrumentos de apoio à inovação social e empreendedorismo.

Ao Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo (DISE) compete promover a conceção, execução e desenvolvimento de atividades, projetos ou iniciativas que privilegiem o aparecimento de novas respostas económicas, sociais, ambientais e culturais, através de ações empreendedoras e inovadoras.

Durante o ano de 2014 o DISE desenvolveu as seguintes atividades:

Gestão do COOPJOVEM ao abrigo da Garantia Jovem

- Prestação de Informação / esclarecimentos (nos dois endereços eletrónicos associados):
 - ✓ Prestação de 302 esclarecimentos;
 - ✓ Realização de 16 atendimentos.
- Disponibilização de informação no site da CASES com “FAQ’s”;
- Execução do COOPJOVEM:
 - ✓ Aprovação dos projetos e assinatura dos contratos – 770 bolsas;
 - ✓ Elaboração de mapas de pagamento – 12 mapas;
 - ✓ Processamento de bolsas – 2.155 bolsas, no valor total de €1.355.093,13;
 - ✓ Análise técnica de projetos de 1.ª fase (12) e de 2.ª fase (72);
 - ✓ Análise jurídica aos projetos cooperativos, em articulação com o DJAQ (123);
 - ✓ Participação na Avaliação de Mérito de projetos pelo Júri de Seleção do COOPJOVEM (16 reuniões);
 - ✓ Elaboração de documentos de operacionalização (Ficha de análise mérito do projeto de 1.ª e 2.ª fase).

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

- Realização de Sessões de apoio técnico pela CASES:
 - ✓ Realização de sessões de apoio técnico COOPJOVEM – Viseu;
 - ✓ Apoio à dinamização de 2 sessões de apoio técnico – Porto e Penafiel.
- Realização de 3 reuniões de trabalho com a entidade prestadora de apoio técnico;
- Realização de 2 reuniões de trabalho com a entidade responsável pela avaliação do programa;
- Gestão e manutenção da plataforma digital de apoio aos projetos COOPJOVEM (3 áreas temáticas - cooperativismo, gestão financeira e gestão de pessoas, através da plataforma Moodle do Portal Zoom – mais perto da economia social):
 - ✓ Consultas à plataforma pelos/as promotores/as – 427;
 - ✓ Registos de acessos a conteúdos da plataforma – 249.
- Participação nas Sessões de apoio técnico realizado pela entidade prestadora de apoio técnico:
 - ✓ Sessões de apoio técnico (coletivo e individual) – 52;
 - ✓ Número de jovens participantes – 116.
- Atualização da página COOPJOVEM no sítio da CASES:
 - ✓ Número de acessos desde a sua criação – 45.214.
- Desenvolvimento de ações de enquadramento e financiamento da medida:
 - ✓ Realização de 4 reuniões de trabalho com entidades parceiras ou financiadoras;
 - ✓ Formalização de 3 reprogramações temporais, físicas e financeiras das candidaturas ao Sistema de Incentivos a Ações Coletivas – SIAC, no âmbito do Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, aos POR Norte, POR Centro e POR Alentejo;
 - ✓ Formalização de 2.ª candidatura no âmbito do Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento - “Convites para Apresentação de Candidaturas 2014”, ao POR Norte;

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

- ✓ Prestação de Contas no âmbito do âmbito das candidaturas ao SIAC aos POR Norte (11), Centro (16) e Alentejo (6) – Execução Física e financeira;
 - ✓ Elaboração de 3 relatórios de execução física e financeira para envio aos POR Norte, Centro e Alentejo.
- Enquadramento da Medida COOPJOVEM no âmbito da Garantia Jovem:
 - ✓ Realização de 3 reuniões com o IEFP;
 - ✓ Realização de 3 reuniões com várias entidades e participação em 2 ações de formação no âmbito da GJ;
 - ✓ Elaboração de nova proposta de regulamentação legal do COOPJOVEM no âmbito da reprogramação financeira, em articulação direta com o IEFP;
 - ✓ Revisão dos documentos de regulamentação para efeitos de enquadramento da medida COOPJOVEM no âmbito da reprogramação financeira (Manual de Procedimentos, Regulamento do COOPJOVEM);
 - ✓ Revisão dos documentos de regulamentação para efeitos de enquadramento da medida COOPJOVEM no âmbito da Garantia Jovem (Manual de Procedimentos, Regulamento do COOPJOVEM, Proposta de regulamentação da medida, proposta orçamental e definição de indicadores e metas);
 - ✓ Elaboração de 11 relatórios mensais de execução da medida COOPJOVEM.
 - Prestação de esclarecimentos ao Tribunal de Contas no âmbito da Auditoria às medidas integradas no Plano Impulso Jovem.

Quadro XIV – Execução CoopJovem 2014

	Candidaturas	Candidatos/as a Bolsas		Projetos	Candidaturas Aprovadas	
		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino
Total	1.281	521	476	244	405	365
		997			770	

Fonte: CASES

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

Programas de inovação social e empreendedorismo

- Desenvolvimento do Programa Impacto Social, em parceria com a Fundação Montepio:
 - ✓ Realização do balanço e avaliação da edição de 2013 do Programa, através da realização de reuniões com as 7 entidades participantes;
 - ✓ Planeamento e preparação da edição de 2015 do Programa.
- Participação no Grupo de Reflexão de Avaliação do Impacto Social.
- Desenvolvimento do Laboratório de Inovação Social.
- Participação no BIS – Banco de Inovação Social:
 - ✓ Participação em 2 reuniões do Conselho Operacional dos Programa de Apoio às Empresas Sociais (PAES);
 - ✓ Participação em 3 reuniões do Conselho de Seleção e Acompanhamento do PAES;
 - ✓ Realização de 3 atendimentos;
 - ✓ Prestação de 16 esclarecimentos via correio eletrónico;
 - ✓ Dinamização de 2 sessões de formação sobre economia social;
 - ✓ Avaliação de projetos.
- Desenvolvimento do Programa ES Jovem:
 - ✓ Realização de 10 reuniões de trabalho, com as entidades associadas da CASES, parceiras do programa;
 - ✓ Criação da imagem de marca e de um grafismo associado;
 - ✓ Criação do Facebook do Programa;
 - ✓ Realização de 3 vídeos promocionais, com divulgação nas redes sociais e iniciativas do Programa;
 - ✓ Elaboração do Folheto ES Jovem;
 - ✓ Divulgação do Programa pelos meios de comunicação social;
 - ✓ Realização de 119 esclarecimentos via correio eletrónico, no âmbito do Programa;
 - ✓ Dinamização do *stand* do Programa no Festival NOS Alive;

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

- ✓ Lançamento da iniciativa Bolsas ES Jovem/NOS Alive;
 - ✓ Análise de 69 projetos elegíveis, em 75 candidaturas, no âmbito da iniciativa;
 - ✓ Atribuição de 3 Bolsas, no valor unitário de €5.000,00, aos projetos vencedores;
 - ✓ Dinamização de 3 sessões de esclarecimentos sobre a iniciativa.
- Desenvolvimento do Projeto GeraçãoCoop:
- ✓ Realização de 12 reuniões de trabalho, com as entidades parceiras do projeto;
 - ✓ Planificação da Agenda, através da seleção dos conteúdos mensais;
 - ✓ Desenvolvimento das temáticas que integram a Agenda;
 - ✓ Articulação com a Arte Viral, no âmbito da organização da Agenda;
 - ✓ Articulação com a Escola Secundária Artística António Arroio, no âmbito da participação da turma de Design Gráfico do 12º ano na componente gráfica da Agenda;
 - ✓ Dinamização do Facebook do Projeto;
 - ✓ Realização de 3 reuniões para preparação da iniciativa COOP POWER.

Workshops e sessões de divulgação e sensibilização

- Realização de ações de divulgação e formação no âmbito do Programa ES Jovem:
- ✓ Realização de 4 sessões de lançamento do Programa – Porto, Lisboa, Évora e Coimbra;
 - ✓ Realização de uma ação de formação no âmbito da Academia ES, iniciativa destinada à sensibilização e formação de jovens, nos temas da economia social, tendo como objetivo facilitar a aquisição de conhecimentos e competências que favoreçam o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo social coletivo – 27 participantes.
- Realização de ações de sensibilização para a cooperação e divulgação do cooperativismo, no âmbito do GeraçãoCoop:
- ✓ Realização de 5 workshops – 100 participantes;

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

- ✓ Realização de uma sessão COOP POWER – 8 entidades e 50 participantes.
- Desenvolvimento da parceria com o Centro de Inovação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa:
 - ✓ Realização de 3 reuniões de trabalho para adaptação de conteúdos formativos para o Curso de “Gestão de Empresas Privadas e Cooperativas”;
 - ✓ Dinamização de 2 sessões sobre a economia social.

Informações e instrumentos de apoio à inovação social e empreendedorismo

- Prestação de informações sobre instrumentos de apoio:
 - ✓ Realização de 19 reuniões presenciais;
 - ✓ Prestação de 48 esclarecimentos via correio eletrónico;
 - ✓ Compilação de elementos informativos.

Outras atividades

Participações:

- ✓ Formação interna “A Economia Social: questões jurídicas”, com a duração de 6h;
- ✓ Formação “Construção de Dashboards em Excel”, promovida pela SG-MSESS, com a duração total de 14h;
- ✓ Formação “Monitorização do desempenho e avaliação do impacto da Garantia Jovem”, promovida pela OIT;
- ✓ Seminário “Dia da Inovação”, promovido pela Associação Industrial Portuguesa;
- ✓ Conferência “Portugal: rumo ao crescimento e emprego”, promovida pela Comissão Europeia.

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

Representação institucional:

- ✓ Sessão sobre Empreendedorismo, promovida pelo CLDS+ “Melhor Cadaval”;
- ✓ Reuniões do Conselho Operacional do PAES – Banco de Inovação Social da SCM Lisboa;
- ✓ Reuniões do Conselho de Seleção e Acompanhamento do PAES – Banco de Inovação Social da SCM Lisboa;
- ✓ Reunião de apresentação da CASES a um representante da Euclid Network, promovida pela Esleader Portugal;
- ✓ Sessão de abertura do curso de Gestão de Organizações da Economia Social na Guarda (uma parceria entre a CASES e o CLDS+ “Acreditar é Fundamental”);
- ✓ Workshop “Desemprego Jovem e Feminino” na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Projeto “O nosso Km2”;
- ✓ Apresentação do Consórcio para a Economia Cívica Portugal (organização do próprio com o apoio da Fundação Oriente);
- ✓ Lançamento do Laboratório de Investimento Social, promovido pela Fundação Gulbenkian;
- ✓ Encontro da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central;
- ✓ Participação na Ação final de formação na área do associativismo, da Associação Estrela do Mar - Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca e Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL;
- ✓ Seminário Internacional sobre Indicadores no Período 2014/2020, promovido por OEDC e AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP;
- ✓ Conferência Internacional Emprego Jovem e Empreendedorismo, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

V – Ações por Departamento

Departamento de Inovação Social e de Empreendedorismo

Dinamização:

- ✓ Dia de Formação Financeira - "A formação financeira no apoio ao empreendedorismo";
- ✓ Sessões de lançamento do Programa ES Jovem no Porto, Lisboa, Évora e Coimbra;
- ✓ Stand da CASES no Festival NOS ALIVE;
- ✓ Workshop Geração Coop em Marco de Canaveses (CLDS Marco Canaveses);
- ✓ Workshop Geração Coop na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) de Lisboa;
- ✓ Sessão sobre Economia Social na 1ª edição da Academia ES (CASES);
- ✓ Sessão sobre a CASES e o Programa ES Jovem na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo);
- ✓ Sessão sobre Economia Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) de Lisboa (curso Gestão de Empresas Privadas e do Sector Cooperativo e Social, do Centro de Inovação da Faculdade).

V – Ações por Departamento

Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade
. Assegurar os serviços de consulta jurídica externa;
. Assegurar os serviços de consulta jurídica interna;
. Realizar estudos e trabalhos jurídicos;
. Prestar apoio jurídico às entidades associadas
. Desenvolvimento e implementação do sistema de auditoria interna e de gestão da qualidade

Ao Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade (DJAQ) compete prestar apoio jurídico e desenvolver o sistema de controlo interno e de qualidade:

Em 2014 o DJAQ desenvolveu as seguintes atividades:

Consulta jurídica externa

- Realização de cerca de 1.888 atendimentos (200 presenciais/via eletrónica e 1.688 por telefone);
- Emissão de cerca de 944 pareceres, informações e ofícios sobre solicitações externas, de pessoas e entidades da economia social, designadamente, associações e cooperativas e, no caso destas, acerca de processos de constituição, fusão e dissolução, conflitualidade entre membros, funcionamento interno, apoios públicos, fiscalidade e princípios cooperativos.

Consulta jurídica interna

- Apoio direto e emissão de aproximadamente 101 pareceres, informações e despachos incidentes sobre o funcionamento da CASES, designadamente sobre matérias relativas a legislação, formulários, minutas, órgãos sociais, processo eleitoral e registo, recursos humanos, planeamento de riscos corruptivos e programas financeiros, bem como colaboração solicitada por outros serviços internos;
- Condução e conclusão de 10 procedimentos por ajuste direto, ao abrigo do regime geral;

V – Ações por Departamento

Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade

- Acompanhamento de diversos procedimentos por ajuste direto simplificado;
- Realização de 18 memorandos sobre questões específicas ligadas ao Programa COOPJOVEM.

Estudos e trabalhos jurídicos

- Elaboração de textos de atualização jurídica no sítio da CASES;
- Elaboração de cerca de 70 textos legislativos, despachos, deliberações, regulamentos e outros normativos.

Apoio jurídico às entidades associadas

- Elaboração dos conteúdos das Newsletters Síntese Legislativa (seis edições);
- Elaboração dos conteúdos das Newsletters Economia Social - Síntese Jurídica (duas edições).

Auditoria e Qualidade:

- Assessoria à direção, com a emissão de pareceres e propostas sobre matérias inerentes;
- Colaboração na elaboração de nova versão do "Plano de Prevenção da Corrupção e Atividades Conexas", adaptado à nova orgânica da CASES;
- Acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas.

Outras atividades

- ✓ Dinamização da ação de formação interna "A Economia Social: questões jurídicas", com a duração de 6h;
- ✓ Participação na ação de formação "Código Processo Civil", promovida pela SG-MSESS, com a duração total de 14h.

VI – Execução Orçamental:

a) Introdução

b) Balanço

c) Demonstração dos Resultados

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

VI – Execução Orçamental 2014

a) Introdução

1. O orçamento da CASES referente ao exercício de 2014 foi, pela primeira vez, após a criação da organização em 2010, elaborado enquanto “Entidade Pública Reclassificada” (EPR) em decorrência da sua reclassificação operada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), comunicada à CASES em finais de agosto de 2013. A CASES teve conhecimento da obrigatoriedade de submissão do seu orçamento na última semana do prazo estabelecido para o seu carregamento (28 de agosto), o que implicou a sua célere elaboração. Posteriormente teve conhecimento dos cortes existentes nas rubricas das despesas com pessoal e da aquisição de bens e serviços aquando da publicação do Orçamento de Estado em 1 de janeiro de 2014.
2. Apesar dos constrangimentos acima referidos foi, no âmbito da execução orçamental de 2014, dado cumprimento aos procedimentos legais e regulamentares exigíveis.
3. Foi também cumprido o princípio da “Unidade de Tesouraria”, conforme o n.º 2 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, tendo sido aberta conta no IGCP, dadas e executadas ordens de transferência dos montantes depositados em contas bancárias que a CASES era titular, tendo as mesmas sido liquidadas.
4. Foi salvaguardada, no entanto, atenta a natureza cooperativa da CASES, uma conta bancária, sediada na CA – Crédito Agrícola, na qual se encontra depositado o valor exato dos títulos subscritos, constitutivos do capital social da CASES (€302.000,00), após autorização expressa da Ex.ª Senhora Secretária de Estado do Tesouro.
5. A CASES, no final do exercício de 2014, tinha a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

VI – Execução Orçamental 2014

a) Introdução

6. As Demonstrações Financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, referentes ao presente exercício de 2014, são apresentadas e comparáveis com os respetivos documentos do exercício anterior.
7. A situação patrimonial não registou variações significativas em relação ao exercício anterior (3.379.210 euros em 2014 e 3.306.671 euros em 2013).
8. Os saldos bancários, em 31 de dezembro de 2014, ascendiam a 3.870.061 euros que comparam com 2.799.976 euros em 31 de dezembro de 2013.
9. O rendimento das aplicações financeiras no decurso do presente exercício foi de 15.418 euros, inferior ao rendimento homólogo do ano de 2013 (99.544 euros), por razão da quebra das taxas de juro praticadas no mercado, assim como da perda de juros relativa à liquidação antecipada de depósitos a prazo decorrente da aplicação do princípio de “unidade de tesouraria” referido no ponto 3. Todas as aplicações financeiras foram sempre realizadas em depósito a prazo, sem risco.
10. A estrutura organizacional manteve-se, no essencial, assim como o correspondente corpo de pessoal, conforme descrito na página 10 do presente Relatório, estando a política de remunerações em linha com as orientações decorrentes da legislação aplicável.

VI – Execução Orçamental 2014

a) Introdução

11. O resultado líquido do exercício foi de cerca de 72 mil euros positivos, o que representa uma variação positiva em relação ao ano anterior de cerca de 449 mil euros.
- a) Nos custos com pessoal, registou-se em 2014 um aumento de cerca de 214 mil euros em relação ao ano anterior, devido, no essencial:
- i) Os efeitos do Acórdão N.º 413/2014, de 30 de maio do Tribunal Constitucional, que conduziu ao pagamento integral das remunerações, o que ocorreu no período de junho a setembro de 2014. No período subsequente (outubro a dezembro de 2014), as remunerações sofreram reduções inferiores ao praticado de janeiro a maio, em conformidade com previsto na Lei N.º 75/2014, de 12 de setembro. As variações refletiram em orçamento um acréscimo no valor total de cerca de 56 mil euros.
- ii) A pagamentos, a título de indemnização nos programas âmbito do programa de Rescisão por Mútuo Acordo ao abrigo do disposto na Portaria n.º 59/2008, de 15 de janeiro, por cessação de funções, que ascenderam a € 143.445.
- iii) O remanescente da diferença no valor de 15 mil euros é explicado pela variação na massa salarial, entre os dois exercícios, assim como à entrada dos cinco estagiários.

Quadro XV – Custos com Pessoal 2014/2013:

Unidade: €	2014	2013
Remunerações	700.028	637.350
Indemnizações	143.445	0
Encargos Sociais	163.391	154.642
Total	1.006.863	791.992

VI – Execução Orçamental 2014

a) Introdução

- b) Na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (conta 62), verifica-se um decréscimo de custos de cerca de 380 mil euros, no comparativo com 2013, explicado, na sua maior parte, pela intervenção de manutenção e requalificação da Casa António Sérgio, que havia sido prevista no Plano de Atividades de 2012, mas cuja execução e respetiva despesa, no montante de cerca de 84 mil euros, ocorreu em 2013. O restante da variação ficou a dever-se a atividades, executadas em 2013, que não tiveram continuidade em 2014 por restrições orçamentais, designadamente, Iniciativa 1º Emprego, Programa Impacto Social, MOV'ES – I Mostra Cultural das Organizações da Economia Social e despesas com viagens de âmbito nacional e internacional.
- c) Os encargos com o programa COOPJOVEM, no montante total de cerca de 1.343 mil euros, registado na conta 65 – Outros custos e perdas operacionais, originados pela atribuição de bolsas e outros encargos, tais como remunerações, no âmbito daquele programa, sob gestão da CASES, foram suportados por reembolsos oriundos do IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), no ano de 2014, no montante de 1.407 mil euros. Considerando as ações desenvolvidas no âmbito deste Programa existem ainda, aproximadamente, cerca de 601 mil euros, recebidos em 2014, os quais foram contabilizados em proveitos diferidos (conta 274) nas contas de 2014, que só serão reconhecidos como proveitos do exercício em anos seguintes.
- d) Por sua vez, as receitas oriundas do IEFP destinadas, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, a financiar o funcionamento da CASES que no ano de 2014, foram de 1.300 mil euros, tendo sofrido uma redução de 125 mil euros, face ao ano anterior.

VI – Execução Orçamental 2014

a) Introdução

12. Relativamente às principais contas de balanço, importa dar nota do seguinte:

- a. As “Outras Imobilizações Corpóreas” (429) dizem respeito, integralmente, à valorização do espólio da Casa António Sérgio (monografias, publicações e obras de arte).
- b. Os “Acréscimos de Proveitos” (271) dizem respeito à especialização de juros, de 4.819 euros, a vencer no ano de 2015.
- c. Os “Acréscimos de Custos” (273), no montante de cerca de 100 mil euros dizem respeito à especialização do mês de férias e subsídio de férias a pagar em 2015, referente a 2014.

VI – Execução Orçamental 2014

b) Balanço

Código das Contas		Activo	Notas	Exercícios			
CEE (a)	POC			01/01/2014 A 31/12/2014		2013	
				ACTIVO BRUTO	AMORT. AJUST.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
C		Imobilizado					
I		Imobilizações incorpóreas:					
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	10	10.344	10.344	0	0
				10.344	10.344	0	0
II		Imobilizações corpóreas					
3	426	Equipamento administrativo		165.122	133.821	31.301	65.583
3	429	Outras imobilizações corpóreas		238.500	0	238.500	238.500
			10	403.622	133.821	269.801	304.083
II		Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		0	0	0	0
II		Dívidas de terceiros - Curto prazo					
1	211	Clientes C/C		12	0	12	11
4	24	Estado e outros entes públicos		15.173	0	15.173	0
4	262+266 +267+26 8+221	Outros devedores		205.330	201.021	4.309	23.951
				220.515	201.021	19.493	23.962
IV		Depósitos Bancários e Caixa					
	12+13 +14	Depósitos Bancários		3.870.061	0	3.870.061	2.799.976
	11	Caixa		90	0	90	300
				3.870.151	0	3.870.151	2.800.276
E		Acréscimos e Diferimentos					
	271	Acréscimos e Proveitos		4.819	0	4.819	298.690
	272	Custos Diferidos		0	0	0	8.628
				4.819	0	4.819	307.318
		Total do Activo		4.509.450	345.186	4.164.264	3.435.639

IX – Execução Orçamental 2014

b) Balanço						
Código das Contas		Capital próprio e Passivo			Exercícios	
CEE (a)	POC				2014	2013
A		Capital próprio	Notas			
I	51	Capital	36	302.000	302.000	
IV		Reservas				
1/2	571	Reservas legais		108.712	108.712	
4	574	Reservas Para Educação e Formação Cooperativa		390.692	390.692	
4	577	Reservas decorrentes das transferências de activos		1.064.790	1.064.790	
V	59	Resultados transitados		1.440.476	1.817.163	
		Subtotal		3.306.670	3.683.357	
VI	88	Resultado líquido do exercício		72.540	-376.686	
	89	Dividendos antecipados		0	0	
		Total do capital próprio	40	3.379.210	3.306.671	
		Passivo				
B		Provisões				
1	291	Provisões para pensões		0	0	
2	292	Provisões para impostos		0	0	
3	293/8	Outras provisões		0	0	
C		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		0	0	
C		Dívidas a terceiros - Curto prazo		0	0	
8	24	Estado e outros entes públicos	28	30.984	12.522	
	262/26					
8	11	Outros credores		45.277	67.535	
D		Acréscimos e diferimentos				
	273	Acréscimos de custos		107.481	48.911	
	274	Proveitos diferidos		601.311	0	
		Total do passivo		785.054	128.968	
		Total do capital próprio e do passivo		4.164.264	3.435.639	

VI – Execução Orçamental 2014

c) Demonstração de Resultados

Código das Contas		Proveitos e ganhos	Notas	Exercícios			
CEE (a)	POC			2014		2013	
B							
1	71	Vendas		77		75	
1	72	Prestações de serviços		0	77	28	103
2	(3)	Variação da produção			0		0
3	75	Trabalhos para a própria empresa			0		0
4	73	Proveitos suplementares		0	0	0	0
4	741	Transferências do IEFP		1.470.153		1.435.000	
	742	Transferências QREN		1.407.191		924.117	
	748	Outras Transferências		41.655	2.918.999	0	2.349.117
4	76	Outros proveitos operacionais		0	0	0	0
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos		0	0	0	0
		(B)			2.919.076		2.349.220
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas		0	0	0	0
5	784	Rendimentos de participações de capital		0	0	0	0
						0	0
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:					
		Relativos a empresas do grupo		0	0	0	0
		Outros		0	0	0	0
						0	0
		Outros juros e proveitos similares:					
		Relativos a empresas do grupo		0	0	0	0
		Outros	45	15.418	15.418	99.544	99.544
		(D)			2.934.494		2.448.764
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	46		5.240		30.964
		(F)			2.939.734		2.479.728
RESUMO:							
Resultados operacionais: (B)-(A)					65.549		-370.157
Resultados financeiros: (D)-(C-A)					14.516		98.012
Resultados correntes: (D)-(C)					80.065		-272.145
Resultados antes de impostos: (F)-(E)					76.255		-355.284
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)					72.540		-376.686

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. APRESENTAÇÃO

A CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, constituída em 8 de janeiro de 2010, está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número fiscal 509266614.

O seu objeto social é o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do País.

2. COMPARABILIDADE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do exercício de 2014 podem ser comparadas com as do ano anterior, uma vez que se seguiram os mesmos critérios.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

a) Imobilizações Corpóreas

As amortizações das imobilizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, às taxas regulamentadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, sendo totalmente reintegrados durante a sua vida útil estimada.

b) Especialização dos Exercícios

A Cooperativa reconhece os seus custos e proveitos no momento em que são ocorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

7. NÚMERO DE TRABALHADORES

O número de trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2014 era de 24, a que acresce os 5 estagiários.

VI – Execução Orçamental 2014

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10. MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO:

Durante o ano de 2014 o activo immobilizado teve os seguintes movimentos:

Rubricas	ACTIVO BRUTO					Saldo Final
	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Investimento e Desenvolvimento	10.344					10.344
	10.344					10.344
Imobilizações Corpóreas						
Equipamento Administrativo	165.122					165.122
Outras Imobilizações Corpóreas	238.500					238.500
	403.622					403.622

Rubricas	AMORTIZAÇÕES e AJUSTAMENTOS			Saldo Final
	Saldo Inicial	Reforço	Anulação Reversão	
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Investimento e Desenvolvimento	10.344			10.344
	10.344			10.344
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento Administrativo	99.539	34.282		133.821
	99.539	34.282		133.821

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM SITUAÇÃO DE MORA

Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

36. NÚMERO DE TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA COOPERATIVA E O SEU VALOR NOMINAL

O Capital da CASES encontra-se representado da seguinte forma:

COOPERADORES	PERCENTAGEM	EUROS
Participação do Estado	66,22%	200.000
ANIMAR	5,63%	17.000
CONFECOOP	5,63%	17.000
CONFRAGI	5,63%	17.000
CNIS	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
Total do Capital	100,00%	302.000

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi o seguinte:

	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
	Capital	302.000			302.000
57.1	Reservas Legais	108.712			108.712
57.4	Reservas p/Educação e Form. Cooperativa	390.692			390.692
57.7	Reservas decorrentes da Transf. Activos	1.064.790			1.064.790
59	Resultados Transitados	1.817.163		376.686	1.440.476
88	Resultado Líquido do Exercício	-376.686	72.540	-376.686	72.540
		3.306.671	72.540	0	3.379.210

VI – Execução Orçamental 2014

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

A Direção da CASES é composta por:

-Eduardo Manuel Fernandes Graça – Presidente da direção: auferiu € 58.265,12 (rendimento anual bruto), valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 1º grau da Administração Pública.

-Carla Maria Ferreira Pinto – Vice-Presidente: auferiu € 48.904,44, valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 2º grau da Administração Pública.

-Eleutério Alves – Vogal não executivo, não remunerado.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS		Exercícios	
		2014	2013
681	Juros suportados	6	0
688	Outros Custos e Perdas Financeiros	896	1.532
	Resultados Financeiros	14.516	98.012
		15.418	99.544
PROVEITOS E GANHOS		2014	2013
781	Juros obtidos	15.418	99.544
		15.418	99.544

VI – Execução Orçamental 2014

d) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

		Exercícios	
CUSTOS E PERDAS		2014	2013
695	Multas e Penalidades	381	94
697	Correções relativas a exercícios anteriores	8.669	114.009
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0	0
	Resultados extraordinários	-3.810	-83.139
		5.240	30.964
PROVEITOS E GANHOS			
798	Correções relativas a exercícios anteriores	5.238	30.964
799	Outras diferenças	2	
		5.240	30.964

VII – Transição saldos IGCP

a) Operação financeira – Unidade de Tesouraria

VII – Transição saldos IGCP

a) Operação financeira – Unidade de Tesouraria

Operações financeiras no âmbito do processo de cumprimento no disposto na legislação aplicável à CASES no que respeita à “Unidade de Tesouraria”.

A autoridade estatística nacional – Instituto Nacional de Estatística, I.P. – incluiu a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social na lista de entidades que, por referência ao ano de 2012, integram o Sector Institucional das Administrações Públicas para efeitos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 95.

Em agosto de 2013, a Direcção-Geral do Orçamento, invocando a reclassificação operada pelo Instituto Nacional de Estatística, solicitou à CASES que procedesse ao registo e envio do projeto de orçamento para 2014 em conformidade com a Circular Série A N.º 1374 (Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2014 aprovadas por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento).

A CASES cumpriu com a orientação anteriormente referida sendo, por outro lado, incontroverso que à luz do Decreto-lei de Execução Orçamental de 2013, em vigor, as Entidades Públicas Reclassificadas estão obrigadas à Unidade Tesouraria conforme o nº 2 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 36/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11 — “São aplicáveis às entidades públicas reclassificadas as restantes regras previstas no presente capítulo, incluindo as relativas à: a) Prestação de informação prevista no capítulo respetivo do presente diploma; b) Unidade de tesouraria.”

Tendo em vista cumprir com a legislação aplicável, a direção da CASES, após ter obtido a informação necessária para o efeito, diligenciou no sentido de abertura de conta no IGCP tendo no dia 28 de janeiro de 2014 enviado o ofício nº DIR-2014-000133 para os devidos efeitos.

VII – Transição saldos IGCP

a) Operação financeira – Unidade de Tesouraria

Foram assim criadas as condições para que se procedesse às transferências financeiras dos montantes depositados em contas de bancos comerciais e do setor da economia social resultantes de anteriores decisões da direção permitindo cumprir a legislação aplicável à CASES no contexto legal presente, anteriormente descrito, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade do regular funcionamento da CASES.

Atentos os considerandos anteriores operacionalizou-se a operação nos seguintes moldes:

A.Tendo em vista salvaguardar a natureza cooperativa da CASES e, de forma estrita, os interesses das organizações não públicas representantes do setor da economia social que participam do seu capital social, tendo subscrito títulos de capital, manter o montante correspondente ao capital social da CASES no valor de € 302 000,00 na conta já existente na CA - Crédito Agrícola;

Para conforto da Direção e tendo em vista sempre o cumprimento da legislação aplicável, foi solicitado junto do Gabinete de S. Exa. Secretária de Estado do Tesouro com ofício nº DIR-2014-000XXX, o pedido de dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, tendo este sido autorizado pelo Despacho N.º 1770/14-SET daquele Gabinete.

B.Transferência dos restantes valores para as seguintes contas entretanto criadas no IGCP destinadas a:

I.Conta IGCP (CASES) – N.º de conta 91120000011 - Destinada à gestão de tesouraria da CASES, com verbas maioritariamente oriundas do orçamento de Estado;

II.Conta IGCP (Projetos CASES) - N.º de conta 91120000012 - Destinada à gestão de tesouraria dos programas comunitários;

III.Conta IGCP (Reservas CASES) – N.º de conta 91120000016 - Destinada ao fundamento das reservas cooperativas;

VII – Transição saldos IGCP

a) Operação financeira – Unidade de Tesouraria

A Direção da CASES ordenou a transferência para o IGCP dos montantes depositados nas diversas contas das quais a CASES era titular com os valores adiante discriminados, à data da execução das respetivas transferências, com liquidações de contas ou reaplicações, no caso referido no ponto A):

i. Millennium BCP – conta nº 0000002732763638 – aplicação a prazo – depósito especial, com data de vencimento a 18-08-2014, liquidação pela totalidade do valor - € 450 000,00 (Perda de juros vencidos que tiverem lugar, dado o levantamento antecipado); Transição para a conta IGCP (Reservas CASES), no dia 09-07-2014, deduzidos dos respetivos custos de transferência. Após a operação foi solicitado o encerramento da conta.

ii. Millennium BCP – Conta à ordem nº 0000045389505366, liquidação pela totalidade do valor à data – € 127 059,00; Foi efetuada a transição parcial para a Conta IGCP (Projetos CASES), no dia 08-07-2014, no montante de € 13 546, 26, referentes ao apoio concedido pelo IEFPP, no âmbito do programa de Estágios Profissionais a decorrer na CASES; O Restante valor, € 113 457,11, transferido para a conta IGCP (CASES), no dia 08-07-2014. Após as operações foi solicitado o encerramento da conta.

iii. Montepio – conta nº 143.10.002767-9 – conta dupla – com data de vencimento a 28-04-2014 - liquidação pela totalidade do valor de €1 216 436,70 (com juros vencidos que tiverem lugar utilizando o processo de desmobilização mais vantajoso); Transição para a conta IGCP (Reservas CASES), no dia 16-07-2014, deduzidos dos respetivos custos de transferência no valor de € 1 216 129,15. Adicionalmente foi transferido para a mesma conta o valor de € 307,55 no dia 03-09-2014. Valor de juros que por omissão do Montepio tinham ficados retidos e devolvidos aquando o encerramento da conta.

VII – Transição saldos IGCP

a) Operação financeira – Unidade de Tesouraria

iv.CGD – conta nº 0202037460130 – com data de vencimento a 04-02-2014, liquidação pela totalidade do valor de € 85 000,00 (mais juros vencidos que tiverem lugar utilizando o processo de desmobilização mais vantajoso); Transição para a conta IGCP (Reservas CASES), no valor de € 86 881,78 no dia 07-07-2014, deduzidos já dos respetivos custos de transferência. Após a operação foi solicitado o encerramento da conta.

v.CA – Crédito Agrícola – conta nº 40242826104 – (DP nº 44292564194 com data de vencimento a 22-08-2014, liquidação antecipada pela totalidade do valor de € 322 224,15 (com juros vencidos que tiverem lugar utilizando o processo de desmobilização mais vantajoso). Acrescia nesta entidade depósitos à ordem no valor de € 536 051,00.

vi.Transição para a conta IGCP (Reservas CASES), no valor de € 556 255,50 no dia 03-07-2014, deduzidos já dos respetivos custos de transferência, continuando fundados conforme descrito no ponto A) o valor do Capital Social, € 302.000, o qual foi solicitado um novo DP nº 44303745343 com data de vencimento a 10-09-2015.

Resumidamente a transição de saldos conforme descrição acima, pode ser esquematizada conforme quadro anexo:

	Instituições Bancárias	Saldos Bancários à data da transição*	CA (DP)	IGCP CASES	IGCP Projectos CASES	IGCP Reservas CASES	Total
iv)	CGD (DP)	86.882				86.882	86.882
iii)	MG (DP+DO)	1.216.437				1.216.437	1.216.437
i) ii)	BCP (DP+DO)	577.003		113.457 ii)	13.546 ii)	450.000 i)	577.003
v) vi)	CA (DP+DO)	858.255	302.000 a) v)			556.255 vi)	858.255
	Total Depósitos	2.738.577	302.000	113.457	13.546	2.309.574	2.738.577

Legenda:

a) Valor referente ao Capital Social da CASES a 31-12-2013.

* Valores líquidos de custos de transação para as contas do IGCP.

DO - Depósitos a Prazo; DP - Depósitos a Prazo.

